

ensaios de

História

Franca, v.2, n. 2, 1997

ISSN 1414-8854



unesp

FRANCA

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de História, Direito e Serviço Social

UNESP-BCpFr
Class. 981.005
Tombo p.u
PER ODICO



ENSAIOS DE HISTÓRIA

Revista do Curso de Graduação em História

1002022359



ISSN 1414-8854

Ensaaios de História	Franca	v.2, n.2	p.1-165	1997
----------------------	--------	----------	---------	------

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Antônio Manoel dos Santos Silva

Vice-Reitor

Luís Roberto de Toledo Ramalho

FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

Diretor

Neide Aparecida de Souza Lehfeld

Vice-Diretor

Maria Aparecida Junqueira da Veiga Gaeta

Curso de Graduação em História

Coordenador

Hercidia Mara Facuri Coelho

Vice-Coordenador

Sílvia Maria Conrado Jacintho

Conselho do Curso de Graduação em História

Ana Maria Faleiros, Antônio Marco Ventura Martins, Cléber Santos Vieira,

Dulce Maria Pamplona Guimarães, Fernando Berardo Toscano,

Hercidia Mara Facuri Coelho, Reinaldo dos Santos, Sérgio Hiroaki Motoki,

Sílvia Maria Conrado Jacintho, Suzeley Kalil Mathias

Comissão Editorial

Itamar Teodoro de Faria,

Juliana Ricarte Ferraro

Publicação semestral/*Semestral publication*

Solicita-se permuta/*Exchange desired*

Endereço/*Adress*

Ens. Hist.

Rua Major Claudiano, 1488 – CEP 14400-690 Franca/SP

ENSAIOS DE HISTÓRIA (Faculdade de História, Direito e
Serviço Social – UNESP) Franca, SP – Brasil, 1996 –

1996 – 1997, 1 – 2

ISSN 1414-8854

Capa: Clio – deusa grega da História.

Desenho e arte final: Atalie Rodrigues Alves Ferreira.

APRESENTAÇÃO

Ensaaios de História chega ao seu quarto volume. Neste percurso, os alunos envolvidos na elaboração dos textos publicados e aqueles que assumiram a tarefa de dar vida à revista devem sentir-se realizados. De igual forma, os professores que acreditaram na possibilidade de efetivar a base do currículo do Curso de Graduação em História da UNESP/Franca —a indissociabilidade entre ensino e pesquisa na Graduação— compartilham do mesmo sentimento ao ver um ideal concretizado. Apesar de todas as dificuldades, conseguimos provar que existe pesquisa na Graduação, e pesquisa que pode ser mostrada, que tem qualidade para vir a público.

Neste momento, encerra-se esta gestão à frente do Conselho de Curso de Graduação em História. Dentre todas as atividades realizadas, a publicação da revista Ensaaios de História foi a mais difícil e, por isto mesmo, a que deu maior satisfação. Não foi tarefa fácil provar que a Graduação pode ter sua revista. Portanto, é com imenso prazer que apresentamos sua quarta edição e afirmamos que a revista Ensaaios de História é uma realidade. Publicação oficial do Conselho de Curso (Portaria 19/97, da direção da Faculdade), Ensaaios de História está ao abrigo de ataques. Sabemos, porém, que somente a norma não basta. Cabe ao novo Conselho e aos alunos do Curso de História darem continuidade à iniciativa dos estudantes e animar esta que é

uma atividade merecedora dos mais altos elogios: divulgar para a sociedade o resultado dos trabalhos de investigação realizados por estudantes de Graduação em História, algumas vezes financiados pelo dinheiro público.

Ao finalizar esta gestão à frente da Coordenação do Curso de Graduação em História, parabenizo os alunos pela sua Revista e faço votos para que a mesma tenha vida longa. Competência para a redação de artigos para serem publicados e garra para levar adiante este projeto, nossos alunos têm.

Hercília Mara Facuri Coelho
Coordenadora do Curso de Graduação em História
UNESP/Câmpus de Franca

SUMÁRIO/CONTENTS

ARTIGOS/ARTICLES

- Os judeus e a peste negra no final da idade média
The Jewish and the Black Pest in the end of Middle Age
Adriana Cristina de Godoy 9
- Naturalização: a lei regulamentar de 1832 e o caso de São Leopoldo
Naturalization: Regulation Law of 1832 and São Leopoldo
Martha Victor Vieira 15
- A Guarda Nacional em Franca (1851-1865)
The National Guardian at Franca (1851-1865)
Antônio Marco Ventura Martins 25
- Os modelos de desenvolvimento para a América Latina segundo Rodó
The Models of Development for Latin America According to Rodó
Anderson Rizutti Prestes
João Luiz Custódio 35
- Espiritismo e homeopatia: ciência e preconceito na passagem do século
Spiritism and Homeopathy: Science and Prejudice in the Passage of the Century
Nadia Rodrigues Alves Marcondes Luz Lima 47
- Folias, foliões e saias: a inserção da mulher no folclore de reis no município de Bebedouro
Frolics, Carousers and Skirts: Woman Introduction in Kings of Folclore in Municipal District of Bebedouro
Guilherme Falcon Pupo 63

As perspectivas da igreja católica no regime militar (1964–1985) The Perspectives of Catholic Church in Military Regime (1964–1985) <i>Fábio Lanza</i>	71
FALN: a esquerda em armas FALN: the Left Side in Arms <i>Marcelo Botosso</i> <i>Márcia Pereira da Silva</i>	81
Luta operária e ressurgimento grevista: as greves de maio de 1978 Workers Fight and Striker Renaissance: the Strikes of May 1978 <i>Tito Flávio Bellini Nogueira de Oliveira</i>	93
Explicação e compreensão da cultura em Malinowski e Geertz Explanation and Understanding of Culture in Malinowski and Geertz <i>Itamar Teodoro de Faria</i>	105
Fotografia e possibilidades de sua utilização para a compreensão histórica Photography and Possibility of your Utilization to the Historic Comprehension <i>Rosana Aparecida Cintra</i>	119
TRADUÇÃO/TRANSLATION	
Problema das interações na história da humanidade <i>Patrick Manning</i>	131
ÍNDICES DE ASSUNTOS	185
SUBJECT INDEX	189
ÍNDICE DE AUTORES/AUTHORS INDEX	193
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL	195

ARTIGOS/ARTICLES

OS JUDEUS E A PESTE NEGRA NO FINAL DA IDADE MÉDIA

Adriana Cristina de GODOY*

RESUMO: O artigo aborda a forma pela qual os judeus foram responsabilizados pela transmissão da Peste Negra na Europa, e, deste modo, perseguidos e massacrados.

UNITERMOS: Idade Média, judeus, peste negra, perseguição.

Chamados de inimigos de Cristo por autoridades da Igreja, os judeus foram alvo de grande perseguição durante a segunda metade da Idade Média. Propriamente, após o alastramento da Peste Negra na Europa (epidemia de 1348–1349), período conhecido como da Grande Peste.

Historiadores, como Philippe Wolff, acreditam que a Peste Negra teria se originado na Ásia Central e chegado ao Ocidente através de marinheiros genoveses: "Um navio que partiu de Caffa para a Itália semeou na passagem, a peste em Constantinopla, depois chegou a Gênova: quando deu-se conta do mal que transportava e ordenou-se que partisse, era tarde demais" (Wolff, 1988, p.15). A Peste, então, propagou-se por

* Graduanda em História. Orientadora: Néri de Almeida Souza.

toda Europa, vitimando populações, as quais Jacques Heers classificou como mal preparadas para enfrentar essa nova forma de doença, muito exótica.

Vista como a mais grave das catástrofes conhecidas pelo Ocidente cristão, a grande epidemia de 1348-1349 suscitou várias teorias. Consultada, em 1350, a Faculdade de Medicina de Paris acusou uma constelação celeste e eclipses de serem os fatores desencadeantes da Peste. Em "outra explicação eram as exalações malignas de cadáveres não enterrados, de depósitos de lixo e até das profundezas do solo" (Delumeau, 1989, p.138).

Entre a população difundiu-se a acusação de que a doença era disseminada voluntariamente e que estes semeadores do contágio deveriam ser procurados e punidos. Relegados à margem da sociedade, judeus e leprosos foram acusados de envenenar poços e fontes, de misturar à comida um pó suspeito e profanar a hóstia consagrada.

Na noite entre 13 e 14 de abril de 1348, Domingo de Ramos, o gueto de Toulon foi invadido. As casas foram saqueadas e cerca de quarenta pessoas, entre homens, mulheres e crianças foram massacrados enquanto dormiam (Ginzburg, 1991, p.66).

Na Catalunha os judeus foram massacrados aos gritos de "*myuren los trydors*" (morram os traidores). Gravuras da época apresentam cristãos queimando judeus vivos em fogueiras.

Segundo Carlo Ginzburg, a partir desse momento (1348), a difusão das acusações contra os judeus e das confissões que as acompanhavam coincidem com a história da difusão da peste. As confissões, conseguidas pela via da tortura, relatavam o que os juízes esperavam ouvir. Acusados,

admitiam sua culpa descrevendo com grande abundância de detalhes a "conspiração" da qual participavam: "Acusados descreveram os venenos (pós negros ou vermelhos), os invólucros que os continham (saquinhos de couro ou tecido, cones de papel), a quantidade usada (um ovo, uma noz), os lugares onde os jogavam" (Ginzburg, 1991, p.73).

Os judeus tinham como opositores mais ferrenhos os Flagelantes, grupos de penitentes, numerosos sobretudo na Alemanha, que atraíam muitas pessoas com suas estranhas cerimônias. Portavam chicotes aos ombros e seguiam em procissão sempre atrás do superior da irmandade. Desnudavam-se da cintura para cima açoitavam-se com correias de couro, nas quais amarravam cravos de ferro. "Em algumas ilustrações da época, eles apareciam com roupas rasgadas, ensangüentadas e com chagas sangrentas" (Queiroz, 1988, p.80). Acreditavam poder, através da auto-flagelação, expiar os pecados da humanidade, os quais acreditavam ser os causadores da Peste Negra. "Mas os flagelantes suscitavam também confusões e desordem; incitam a cólera dos pobres contra os estrangeiros e os não cristãos todos como responsáveis" (Heers, 1974, p.27).

Mesmo sofrendo com a peste tanto quanto os cristãos, permanecia o preconceito com relação aos judeus, aliado ao fervor de seus opositores. O fato de os judeus terem pago à morte um tributo pelo menos tão elevado quanto as outras categorias da população, em nada alterava. Chegou-se até a divulgar a idéia de que eles eram afetados em menor quantidade pela epidemia, relatou Philippe Wolff. "Clemente VI recordava de um lado, que os próprios judeus morriam de peste, como os cristãos, e, de outro, que a epidemia se propagaria também em regiões onde não havia sinal de

judeus" (Ginzburg, 1991, p.71).

Todavia, os judeus, muito impopulares devido ao seu envolvimento no negócio de empréstimos financeiros, tornaram-se o bode expiatório para a peste. Foram massacrados por toda a Europa. Nas palavras de Carlo Ginzburg, isto serviu de contexto para as perseguições antijudaicas.

O papa Clemente VI e outras autoridades (como alguns reis que lucravam com o dinheiro dos judeus etc.) condenavam os massacres, mas as perseguições continuaram a vigorar até 1351 quando a Peste Negra já declinava.

GODOY, Adriana Cristina de. *The Jewish and the Black Pest in the end of Middle Age*. Ensaios de História, Franca, v.2, n.2, p.9-13, 1997.

ABSTRACT: The article describes the way the Jewish were blamed for transmitting "Black Pest" in Europe, and so chase and massacred.

KEYWORDS: Middle Age, Jewish, Black Pest, chasing.

Referências Bibliográficas

DELUMEAU, J. Tipologia dos comportamentos coletivos em tempos de peste. In:—. História do medo no ocidente (300-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.107-49.

GINZBURG, C. Judeus, Hereges e Bruxas. In: —. História noturna: decifrando o sabá. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.68-89.

HEERS, J. História medieval. São Paulo: Difel/Edusp, 1974. p.195-229.

QUEIROZ, T. A. P. de. As heresias medievais. São Paulo: Atual, 1988.

WOLFF, P. As epidemias. In: —. Outono da idade média ou primavera dos tempos modernos? São Paulo: Martins Fontes, 1988. p.15-28.

NATURALIZAÇÃO: A LEI REGULAMENTAR DE 1832 E O CASO SÃO LEOPOLDO

Martha Victor VIEIRA*

RESUMO: O presente artigo propõe-se a analisar a questão da naturalização de estrangeiros no Brasil Império; mais especificamente, os discursos parlamentares sobre a lei regulamentar de 1832 e o caso da colônia São Leopoldo, onde ocorreu uma naturalização em massa no ano de 1846.

UNITERMOS: naturalização, imigrantes alemães, colônia São Leopoldo, Revolução Farroupilha.

Segundo os juristas a naturalização consiste numa nacionalidade secundária, através da qual o estrangeiro torna-se membro de um país que escolheu para residir; ela pode ser “expressa” —a pedido do estrangeiro— ou “tácita” —mediante determinação governamental conforme ocorreu na Constituição de 1824, referente aos portugueses, e na Constituição de 1891, que naturalizou todos os imigrantes que não declarassem no prazo de seis meses a decisão de manter a nacionalidade de origem (Ferrante, 1984, p.43s).

* Graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq. Orientadora: Laima Mesgravis.

A Constituição Imperial no seu artigo 6º, parágrafo 5º garantia o direito dos imigrantes requererem sua naturalização:

“Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua religião a lei determinará as qualidades precisas para se obter carta de naturalização” (Barreto, 1971, p.6).

Não obstante, apesar das determinações constitucionais, a primeira lei que regulamentou a naturalização só foi promulgada em 23/10/1832, prescrevendo uma série de critérios para o estrangeiro obter nacionalidade brasileira, entre eles: ser maior de 21 anos, ter pelo menos quatro anos de residência no país, apresentar declaração perante o Conselho Municipal, pagar taxas etc. (Coleção das Leis do Império do Brasil, 1832). Esta lei possivelmente pretendia restringir a concessão de cidadania aos estrangeiros; os que almejavam naturalizar-se tinham que superar vários obstáculos e a morosidade do aparelho burocrático. Devido a isso, raras foram as emissões de cartas até o fim da primeira metade do século XIX. A partir de então estas aumentaram gradativamente, à medida que a legislação sofria modificações facilitando as naturalizações.

Analisando os debates que precederam a regulamentação da lei sobre naturalização, observamos que esta foi motivo de várias controvérsias no Parlamento Brasileiro. Ocorre que o projeto de lei que entrou em discussão na Câmara solicitava que se naturalizassem apenas os colonos do Rio Grande do Sul das Colônias de São Pedro de Alcântara das Torres e São Leopoldo. Os deputados que defendiam este projeto alegavam que os colonos haviam apresentado ao governo da respectiva Província um

requerimento pedindo a obtenção da Carta. Tais deputados negavam interesses eleitoreiros dizendo que a quantidade de população votante nestas colônias não era significativa. Argumentavam ainda, que a prosperidade destas colônias, a condição moral dos imigrantes, a carência de população do país (frente à extensão territorial) justificavam a naturalização em massa e tornavam desnecessário que os requerimentos fossem feitos individualmente (Anais do Parlamento Brasileiro, 1832, tomo 2, p.10-12 e 185-187).

Os parlamentares contrários a esta naturalização tácita e parcial, defendiam que se estabelecesse uma lei mais geral, e que se fornecesse a cidadania brasileira apenas para os colonos que a solicitassem, e dessem provas de suas qualidades. Consideravam que naturalizar todos os estrangeiros de determinada colônia poderia acabar fornecendo cidadania a bacharéis portugueses que vinham para o Brasil a procura de empregos públicos, podendo eventualmente engrossar a quantidade de membros do partido restaurador (Anais do Parlamento Brasileiro, 1832, tomo 2, p.10-12).

Ambos os discursos estão seriamente comprometidos; os que defendem o projeto e pedem que se naturalize os colonos de São Leopoldo e São Pedro de Alcântara, utilizam-se de argumentos que condizem com os problemas enfrentados pelo país na época (a necessidade de povoamento, por exemplo); por outro lado, não enfatizam a questão estratégica desta atitude, devido a região do Rio Grande do Sul ficar na fronteira com os países hispano-americanos que viviam em conflito com o Brasil, como ocorreu na Campanha Cisplatina (1811-1828). O deputado Calmon sugere estar preocupado com esta questão ao citar como referência os

EUA que, preocupado com a guerra contra a Inglaterra, teriam “naturalizado então uma grande porção de estrangeiros, pelo mesmo modo, porque hoje a Câmara procedia a respeito dos colonos de São Leopoldo” (Anais do Parlamento Brasileiro, 1832, tomo 2, p.11).

Os deputados que votaram contra o projeto de lei que restringia a naturalização aos colonos de São Leopoldo e São Pedro, demonstram também uma mentalidade condizente com o contexto que vivenciavam, qual seja, início do período regencial quando o sentimento do anti-lusitanismo estava a florado, pelo temor de uma possível ascensão do Partido Restaurador. Além disso, os deputados recebiam aprovação de medidas que pudessem fortalecer as províncias —ou chefes locais— então em constante conflito. Este grupo, de caráter moderadamente conservador, certamente, controlava o Senado e o Parlamento, pois as emendas e modificações feitas no projeto original foram aprovadas e legitimadas na Lei que regulamentou a naturalização de estrangeiros, posta em vigor em 23/10/1832.

Assim, o Projeto que estabelecia a naturalização dos colonos de São Pedro de Alcântara das Torres e São Leopoldo não é aprovado. Todavia, em 3 de setembro de 1846, o Decreto 397 determinou que fossem considerados cidadãos brasileiros naturalizados todos os estrangeiros residentes nas mencionadas colônias, logo que assinassem o termo de ser essa a sua vontade (Coleção das Leis do Império do Brasil, 1846). Ora, o que teria mudado no contexto histórico para que fosse feita essa concessão, antes negada, aos colonos leopoldenses? Quem estaria reivindicando as naturalizações? A quem elas beneficiariam?

A lei 601 de 1850, referente à terras devolutas, no seu artigo 17 justifica a naturalização dizendo:

“Os estrangeiros que comprarem terras e nelas se estabelecerem ou vierem à sua custa exercer qualquer indústria no país, serão naturalizados, querendo, pela forma porque o foram os colonos de São Leopoldo e ficaram isentos do serviço militar menos da guarda nacional dentro do município” (Coleção das Leis do Império do Brasil, 1850).

Contudo, os estudos de Jean Roche nos trazem uma outra versão destes fatos dizendo que a maior parte dos colonos alemães lutaram na Guerra Farroupilha (1835–1845) ao lado dos legalistas e, por isso, teriam sido recompensados com as cartas de naturalização:

“a guerra farroupilha foi para São Leopoldo um catalisador de produção agrícola e artesanal. Por outro lado, em 1846, concedeu-se aos colonos naturalização em massa, pelos serviços prestados durante a luta, o Império apreciava portanto, a colaboração que os colonos lhe tinham levado” (1969, p.17–18).

Esta explicação é condizente com a política reinante no Império e com o contexto histórico, porém, é bastante parcial. Nossos estudos indicam que a naturalização era uma antiga reivindicação dos colonos leopoldenses, ou melhor, era uma antiga reivindicação de lideranças políticas que, aliadas aos potentados locais, pressionavam o Governo Central para obter maior autonomia administrativa e benefícios econômicos para a Província.

Aos colonos alemães pobres, cuja maioria sequer falava português, não interessava a cidadania brasileira — neste período, ela lhes causaria mais ônus que benefícios. Por outro lado, lideranças como o Dr. Hillebrand, diretor da colônia de São Leopoldo, que apoiou os legalistas recrutando colonos alemães e organizando a Cia. dos Caçadores Voluntários — formada por remanescentes do Regimento dos Estrangeiros, extinto em 1830 — teria sido um dos primeiros a se naturalizar, após ser aprovado o decreto 397; sendo eleito, respectivamente, suplente em 1846 e vereador em 1856, além de ter recebido diversas homenagens e títulos — o governo imperial e os mandões locais, realmente, demonstraram sua gratidão ao leal súdito (Flores, 1995, p.31s).

O fato é que a colônia de São Leopoldo (constituída por imigrantes alemães que viviam sob o regime de pequena propriedade), segundo os historiadores, era muito próspera e devido a seus recursos materiais e humanos, durante a Revolução Farroupilha, foi alvo de disputas entre legalistas e revolucionários. Ambos os lados parecem ter utilizado o desejo de alguns líderes alemães de obter cidadania como forma de atrair os colonos e ganhar-lhes a confiança. Tudo indica que tais líderes pressionavam as autoridades governamentais requerendo sua carta de naturalização. Provavelmente, o primeiro requerimento foi feito em 1832, quando introduziu-se no Parlamento a discussão sobre o projeto de lei que propunha a naturalização dos colonos de São Leopoldo. De acordo com o deputado Pereira Ribeiro, os colonos

“tinham apresentado ao governo da província um requerimento assinado por cento e tantos para que o governo os

naturalizasse” (Anais do Parlamento Brasileiro, 1832, tomo 2, p.12).

De acordo com os estudos de Hilda A. M. Flores, a naturalização era uma importante questão estratégica da Revolução Farroupilha. Por isso, em 1836, o Presidente Elseário encaminhou um pedido ao governo imperial requerendo a naturalização dos leopoldenses. Em 1838, o Ministro José Domingos de Almeida naturalizou todos os alemães farroupilhas. Hillebrand, em 1841, também requereu a naturalização dos colonos, insistindo na relevância do pedido para pacificar a Província (1995, p.66s). Até o próprio vice-cônsul hamburguês em Porto Alegre, pediu a neutralidade dos alemães na guerra, utilizando com argumento o fato dos mesmos não serem nacionais (Porto, 1934).

O “Colono Alemão”, jornal farroupilha que circulou no Rio Grande do Sul, durante o período revolucionário, cujo redator era Herman Von Salisch, além de tentar cooptar, não só os imigrantes alemães como os demais rio-grandenses, também utilizou-se da resistência do governo em fornecer nacionalidade aos estrangeiros como forma de adquirir aliados e criticar os legalistas:

“Os colonos alemães compõem por um cálculo módico a duodécima parte dos habitantes livres desta Província, os seus interesses estão intimamente ligados com os dos Rio-Grandenses e ainda que a inaptidão dos governos passados deixasse de reconhecer a utilidade que resultaria à Província em apertar quanto antes os laços desta união natural e saudável, o homem philantropo e verdadeiro amante de seu país não desespera de ver realizar-se a

incorporação de um povo industrioso e pacífico no seio da grande família brasileira” (Salisch, 3 de fev., 1836, apud Porto, 1934, p.2).

Estes dados nos indicam que a naturalização em massa, ocorrida em São Leopoldo, está intrinsecamente ligada a Revolução Farroupilha. Contudo, ela faz parte de um longo processo que envolve uma série de fatores, tais como: os antecedentes de alguns imigrantes alemães; as condições de vida dos colonos da Província; a tradição militar do Rio Grande do Sul e sua localização geográfica; a colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola; o descontentamento de parte dos chefes locais com as determinações do governo central e o não atendimento às suas reivindicações e à cooptação de lideranças teutas — ávidas de ascensão política e econômica — que se envolveram no conflito intra-elites, com a incumbência de persuadir os colonos leopoldenses a aderirem à causa do seu patrono e lutar em defesa dos interesses do mesmo.

O desenlace deste processo talvez tenha culminado na elevação de São Leopoldo a vila em primeiro de abril de 1846, na instalação da Câmara Municipal em 24 de julho e na concessão de cidadania aos colonos de São Leopoldo em 3 de setembro do mesmo ano; e, finalmente, tenha influenciado o pedido feito por Caxias no Senado, em 1847, para que se elevasse o número de deputados do Rio Grande do Sul (Anais do Senado do Império do Brasil, 1847, v.3, p.90–105).

VIEIRA, Martha Victor. Naturalization: Regulation Law of 1832 and São Leopoldo. Ensaio de História, Franca: v.2, n.2, p.15–24, 1997.

ABSTRACT: *This article has the purpose to analyze the foreign naturalization question in Brazil-Empire, specially the parlamentar speeches about the regulation law of 1832 and São Leopoldo case, where happened a massive naturalization in 1846.*

KEYWORDS: *Naturalization, german immigrants, São Leopoldo colony, “farroupilha” revolution.*

Fontes

Anais do Parlamento Brasileiro, 1832. Rio de Janeiro: Tipografia H. J. Pinto, 1879, Tomo 2.

Anais do Senado do Império do Brasil, 1847. Brasília: Senado Federal, 1978.

Coleção das Leis do Império do Brasil, 1832, 1846, 1850. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

Referências Bibliográficas

BARRETO, C.E. (org.). Constituições do Brasil. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 1971.

FERRANTE, M.J. Nacionalidade: brasileiros natos e naturalizados. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1984.

FLORES, H.A.H. Alemães na guerra dos farrapos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

PORTO, A. O colono alemão: notas para a história da imprensa rio-grandense (1827–1837). Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1934.

ROCHE, J. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969.

A GUARDA NACIONAL EM FRANCA (1851–1865)

Antônio Marco Ventura MARTINS*

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo traçar o perfil social dos integrantes da Guarda Nacional em Franca, analisando, assim, uma importante parcela da população masculina que estava diretamente relacionada com a questão da ordem e da política local.

UNITERMOS: Guarda Nacional, cidadãos-soldados, alistamento, serviço da ativa, serviço da reserva.

Criada no Império pela Lei de 18 de agosto de 1831, a Guarda Nacional teve seu plano de ação basicamente resumido no artigo primeiro:

“Defender a constituição, a liberdade, a independência, a integridade do Império, para manter a obediência às leis, conservar ou restabelecer a ordem e a tranquilidade pública e auxiliar o Exército na linha de defesa das fronteiras e costas. Toda a deliberação tomada pelas guardas nacionais acerca dos negócios públicos é um atentado contra a liberdade e um delito contra a

* Graduando em História, bolsista FAPESP/IC. Orientadora: Ida Lewkowicz.

Constituição” (Lei de 18.08.1831, art. 1º, apud Castro, 1997, p.24).

Sua criação veio a reforçar o caráter antimilitarista do início da regência. Contrapunha-se à Constituição de 1824. A Lei 145 determinava que a defesa da nação era de responsabilidade de todos os cidadãos. Fortalecia-se, assim, o poder civil em contraposição aos perigos militaristas de um Exército, cuja existência remetia à lembrança do imperador D. Pedro I e ao despotismo.

A Guarda Nacional era formada por cidadãos-soldados, por indivíduos que antes de desempenharem o papel de soldados exerciam a cidadania, participando da vida política brasileira, respeitando o caráter censitário da Constituição de 1824. Por isso, para ser qualificado guarda nacional

“era necessário ter uma renda líquida anual de 200\$000, no Rio de Janeiro, Bahia, Recife, Maranhão e seus respectivos termos, e, para os outros municípios do Império, a de 100\$000. Para ser oficial da corporação era necessário ter uma renda anual mais elevada, de cerca de 400\$000 para as cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Recife, Maranhão e seus respectivos termos e, nos municípios restantes, 200\$000” (Uricoechea, 1978, p.138).

A partir de 1843, a renda mínima exigida em todo o Império para ser qualificado guarda nacional aumenta para 200\$000 anuais.

O campo de atuação da Guarda Nacional era o município. O alistamento fazia-se nas paróquias e curatos; presidido pelo juiz criminal mais antigo ou, na falta deste,

pelo juiz de paz, formava-se o conselho de qualificação, composto de seis eleitores mais votados dos distritos. A finalidade do conselho era verificar a “idoneidade” dos cidadãos.

Os milicianos foram organizados em três diferentes armas: artilharia, cavalaria e infantaria. Distribuídos para atuarem no serviço da ativa e da reserva, os alistados no primeiro serviço eram os responsáveis diretamente pela manutenção da ordem interna, realizando as reconhecidas “rondas” pelos quarteirões. Já o contingente da reserva só se mobilizava em ocasiões excepcionais, como em caso de guerras, rebeliões ou algum caso de comoção nacional.

Em Franca, a organização da guarda não se deu imediatamente após o decreto de sua criação, no ano de 1831. O primeiro documento que encontramos, que mostra o desenvolvimento do processo de organização da corporação no município, é uma Ata da Câmara, de 13 de agosto de 1833. Este documento, arquivado no Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, que nomeia Francisco Barboza Sandoval e Antônio Pereira dos Santos, o primeiro para promotor e o segundo para secretário da Guarda Nacional e membros do Conselho de Disciplina:

“Aos treze dias do mez de agosto de mil oito centos e trinta e três ano duodécimo da independência do Império do Brazil nesta Villa Franca do Imperador em sessão extraordinária deste mesmo dia comparecerão Francisco Barboza Sandoval e Antônio Pereira dos Santos apresentaram seus títulos, aquele de promotor, e este de Secretário nomeados e providos por estas Câmara na forma do art. 94 da ley de

criação das Guardas Nacionais para o concelho de disciplina, e pelo Sr. Presid. e lhes foi desferido (sic) o juramento dos Santos Evangelhos, de fidelidade ao Imperador, e leis do Império, e cada um por seu turno assim prometerão depois que se lhe deu posse em observância da mencionada lei, e para constar mandou a Câmara lavrar este termo em que assignam, eu Jozé Martins Rodrigues secretário da Câmara o escrevi: Cardozo, Macedo, Machado, Fradique, Sandoval, Fonseca. Francisco Barboza Sandoval, Antônio Pereira dos Santos". (Livro para Eleições dos Juizes Ordinários, de Órfãos, Vereadores e Procuradores, 18.08.1833).

Os alistamentos eram realizados por quarteirões. Através das pesquisas nos livros de matrículas da Guarda em Franca identificamos os seguintes quarteirões: 1º - Santa Efigênia; 2º - Praça da Alegria; 3º - Rua do Ouvidor; 4º - Rosário; 5º - Laranjeiras; 6º - São José; 7º - Boa Vista; 8º - Pantafúfio; 9º - Terra Vermelha; 10º - Bom Jardim; 11º - Ribeirão Corrente; 12º - Buritis; 13º - Chapadão; 14º - Lagiado; 15º - Borda da Mata e; 16º - Canoas. No 2º distrito, de Santa Bárbara, os quarteirões eram os seguintes: 1º - São Francisco; 2º - Morro Redondo; 3º - Resfriado; 4º - Macaúbas; 5º - Santa Bárbara; 6º - Campo Alegre; 7º - Casa Seca e; 8º - Lagoa Rica.

A partir de 1861, verificamos o aparecimento do 2º distrito não mais como Santa Bárbara e sim, como Morro Redondo. Completavam os locais de alistamento da Guarda Nacional local as freguesias do Carmo e de Santa Rita.

Por essas localidades encontravam-se alistados os seguintes números de guardas nacionais: 1851 (151); 1856 (224); 1857 (230); 1858 (212); 1859 (1.215); 1860 (951); 1861 (922); 1862 (967); 1863 (966); 1864 (942); 1865 (964). O aumento no número de alistados, a partir de 1859, é decorrente da união entre o serviço da reserva ao da ativa, fato que não ocorreu até 1858, pois até esta data só existe o livro de matrícula referente à reserva.

Não existe, até o momento, nenhum estudo específico da população francana referente ao período acima abordado. Por esse motivo não será possível demonstrar em números a porcentagem que os Guardas Nacionais alistados representavam na parcela da população masculina total.

A formação dos quadros da guarda apoiava-se num critério econômico: 100\$000 anuais, posteriormente, 200\$000, que, todavia, não era demasiado restritivo, já que o comum das rendas desse período oscilava dentro dessa média, inclusive as de parte das classes menos favorecidas.

Em Franca, notamos o caráter predominante da quantia mínima exigida para ser qualificado Guarda Nacional, o que de certa forma demonstra uma característica "popular" nos quadros dessa corporação, que tem no lavrador sua figura mais típica.

Com base nas rendas encontradas nas listas de matrículas dos milicianos, calculamos a porcentagem dos cidadãos que serviam na ativa e estavam alistados com a renda mínima de 200\$000. Durante o período de 1859 a 1865, essa média chegou a 91,72%. Com relação ao serviço da reserva, a média dos alistados com renda mínima foi de 71,77%, no período de 1851 a 1865.

Esse caráter majoritariamente popular entre os

alistados para o serviço da ativa demonstra que os serviços prestados pela guarda local recaíam sobre a parcela populacional mais humilde, que tinha que deixar sua ocupação para prestar seus serviços à comunidade. As rendas mais elevadas dos alistados eram pertencentes aos detentores das patentes mais cobiçadas, dos oficiais componentes do Estado Maior.

Quanto à idade dos milicianos locais, o serviço da ativa tinha uma caráter “jovem” se comparado com o da reserva. O primeiro era composto, em 85%, por cidadãos que tinham suas idades entre 18 e 40 anos, o que significava que a corporação utilizava para formar seus quadros uma parcela significativa da população francana em idade ativa.

O caráter “jovem” do serviço da ativa, porém, não se repete no serviço da reserva, que tem sua maior parcela de alistados, 75%, entre 41 e 60 anos.

Com relação às profissões, 67,30% dos alistados eram lavradores. Seguiam-se aqueles que “viviam de suas agências”: 15,27%, negociantes: 6,37%, empregados públicos: 2,62%, carpinteiros: 1,87%, e “outros”: 6,60%. Esses dados refletem o caráter rural da população francana em meados do século XIX, porém, torna-se necessário o esclarecimento de alguns termos utilizados para designar as profissões. Entendemos que o termo “lavrador” abrangia os indivíduos que se dedicavam à “pecuária” (já que esta era a principal atividade econômica da época) e aos diferentes tipos de lavouras. A documentação, no entanto, não contém nenhuma discriminação a respeito do tipo de lavoura ou se o alistado era proprietário ou não.

Quanto ao termo “agências”, este abrangia os cidadãos que, não tendo uma profissão fixa, viviam de

diversos tipos de atividades.

Na categoria “outros” foram agrupadas as seguintes profissões: advogado, alfaiate, boticário, caixeiro, ferreiro, marceneiro, médico, ourives, sapateiro, seleiro, telheiro e tropeiro. O critério para esse agrupamento foi o baixo número de alistados com essas profissões.

Finalizando, comentaremos um item interessante da lista de matrícula da Guarda Nacional: as “observações”.

As Observações encontradas na lista de matrícula do serviço da ativa eram constituídas de menções referentes aos postos e às companhias das quais os alistados faziam parte. Já as Observações da lista de matrícula do serviço da reserva constituíam-se de justificativas pelas quais os alistados eram dispensados do serviço da ativo.

As justificativas mais utilizadas para alegar a impossibilidade de servir eram os seguintes: doença (52,62%), idade (30,13%), profissão (10,25%), e o posto (7%).

Quanto à doença, os motivos mais utilizados eram: enfermidades crônicas, mal do intestino, “engasgue”, mal de fluxo, sofre de gota, rendido, rutura no umbigo, epilepsia, sofrer de escorbuto, por ser aleijado do braço, perna pé, mão, pescoço, por ser cego de um olho, surdo, por “ser quebrado”.

Quanto à idade, eram permitidas para se alistar na guarda as pessoas que estavam compreendidas na faixa etária entre 18 e 50 anos. Todos os alistados com idade superior a 50 anos eram qualificados para comporem o serviço da reserva.

“O emprego na Guarda Nacional era incompatível com as funções das autoridades administrativas e judiciárias, que, por sua posição tinham o poder de requisitar a força pública. Logo, altas autoridades eram excluídas do serviço ativo, como também aqueles que ocupavam cargos de

importância na vida pública nacional. Quanto a estudantes, professores, e profissionais liberais, eclesiásticos, oficiais militares, que formavam classe socialmente favorecida, eram também incluídos na reserva. Além desses, os empregados de categoria média ou inferior, mas ocupantes de cargos de relevância, ficavam excluídos do serviço ativo, a saber: empregados públicos, de hospitais e casas de caridade, de arsenais e oficinas nacionais, dos correios. Eram incluídos, na reserva, administradores de fábricas e fazendas rurais com mais de 50 escravos e que substituíam os proprietários, assim como os feitores e vaqueiros de fazendas de gado com mais de 50 crias anuais, enfim, todos aqueles que se achassem ligados a estabelecimentos de importância econômica apreciável” (Castro, 1977, p.108–109).

As profissões encontradas no item observações para o alistamento na reserva em Franca foram as seguintes: administradores de fazendas, de correio, boticário, delegado de polícia, cirurgião do batalhão, escrivão de polícia, escrivão eclesiástico, empregado público, fiscal da câmara, inspetor, juiz de paz, mestre em escola particular, promotor público, professor de primeiras letras, subdelegado de polícia, tabelião, solicitador de coisas, vigário e tenente de polícia.

MARTINS, Antônio Marco Ventura. *The National Guardian at Franca (1851–1865)*. *Ensaios de História*, Franca, v.2, n.2, p.25–33, 1997.

ABSTRACT: This work has as objective draw the social profile of participants of national guardian at Franca. It analyzes an important fragment of masculine population what was rightly linked to the local

politics order issues.

KEYWORDS: *National guardian, citizen-soldiers, recruiting, active service, reserve service.*

Fontes

Livro de matrícula da Guarda Nacional da reserva de Franca. 1859 a 1865. Caixa 41, volume 269.

Livro de matrícula da Guarda Nacional da ativa de Franca. 1859 a 1865. Caixa 41, volume 272.

Livro para Eleições dos Juizes Ordinários, de Órfãos, Vereadores e Procuradores que servirão na Câmara da Villa Franca. 1824 a 1842. Caixa 1, volume 1.

Referências bibliográficas:

CASTRO, J.B. de. *A milícia cidadã: a guarda nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Nacional, 1977.

URICOECHEA, F. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonialista brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMÉRICA LATINA SEGUNDO RODÓ

Anderson Rizzutti PRESTES
João Luiz CUSTÓDIO*

RESUMO: Este artigo realiza uma leitura de Ariel, do uruguaio José Enrique Rodó e busca analisar os modelos para o desenvolvimento da América Latina apresentados pelo autor.

UNITERMOS: América Latina, Ariel, Rodó.

Com o objetivo de introduzirmos a análise crítica do tema proposto, apresentaremos inicialmente alguns elementos que julgamos relevantes para uma melhor compreensão da obra e do pensamento do José Enrique Rodó.

Uruguaio nascido em 1871 e falecido em 1917, Rodó foi contemporâneo das transformações sociais ocorridas na América Latina e no mundo, na virada do século. Teve contato íntimo com a modernização derivada do avanço tecnológico industrial, convivendo com as novas perspectivas para o seu país na época, fruto do nacionalismo modernizante iniciado em 1870. Teve influência direta da ideologia

* Graduandos em História. Orientador: Alberto Aggio.

positivista que dominava os meios intelectuais no período. Rodó também valeu-se de seu contato com o pensamento dos teóricos liberais como Renán e Bérenger, ambos franceses, dos quais extraiu a essência dos seus ideais liberais e europeizantes; ideais estes adotados como “possibilidades e perspectivas de modernização da sociedade na América Latina” (Rodó, 1991, p.7), em contestação à corrente de pensamento que colocava o modelo desenvolvimentista norte-americano como ideal aos povos latino-americanos.

O pensamento europeizante de Rodó evidencia-se decisivamente, uma vez que sua principal obra, *Ariel*, encontra-se baseada na peça de William Shakespeare: *A Tempestade*, envolvendo três personagens centrais: Próspero, Ariel e Caliban, que irão sustentar a sua narrativa. Na obra de Shakespeare, Próspero é o duque de Milão e Caliban, anagrama explícita de canibal. Ariel é o espírito do ar, que vai intervir diretamente para resolver o conflito entre Próspero e Caliban.

Rodó adota Próspero como o conquistador e colonizador; Ariel representa a intelectualidade, o espírito europeizante; Caliban representa o utilitarismo sem ideais (norte-americanismo).

A leitura da obra, dessa obra, abre margens a seu teor dissertativo, rico em metáforas, o que leva ao estudo do contexto em que a obra foi escrita, para uma compreensão abrangente e definitiva.

Ariel é adotado como o espírito jovem idealizante pelo qual os povos latino-americanos deveriam orientar-se para não se tornarem “estreitos” e apreenderem o verdadeiro conceito de educação vislumbrado por Rodó. Este conceito consiste no beneficiamento mútuo entre Europa e América Latina através da correlação cultural, considerada como fator

positivo da colonização européia na América Latina.

Inicialmente, Rodó convida a juventude latino-americana a uma participação ativa no processo de redefinição pelo qual passa a América. Rodó vê na juventude a “iniciativa ousada” e a “genialidade inovadora”.

A América Latina tem necessidade de uma participação mais efetiva de sua juventude neste momento, ele vê a contribuição política da juventude como sendo pequena e apática, explicitada no trecho que diz que existe “necessidade de revelação de forças novas”. Para ele

“a ação e a influência da juventude na marcha das sociedades humanas são menos efetivas e intensas do que deveriam ser” (Rodó, 1991, p.25).

O autor aponta, baseado em Guyau, que o objetivo final do homem deve ser, antes de tudo, seguir o caminho comum dos seres racionais, que é a auto-afirmação da sua condição de homem como ser pensante, para que não o leve a uma visão do racionalismo, que é um conceito vulgarizado em Educação. Este tende a induzir o homem a especializar-se e um único aspecto, tornando-o inepto para realização e desenvolvimento de outras aptidões, o que é prejudicial, pois

“estreita a noção de mundo de cada um e dispersa o sentimento de solidariedade” (Rodó, 1991).

Rodó fundamenta-se em Comte para demonstrar mais nitidamente os entraves de um alto estágio de aperfeiçoamento social que indubitavelmente leva à especialização. Esta, por sua vez, segundo Rodó “amesquinha o cérebro” e produz “espíritos estreitos e deformados”. Em contraposição

apresenta-se a dignidade humana como o princípio fundamental da vida.

Em função de sua marca europeizante, Rodó afirma que o belo, no sentido geral revelado por ele, deve orientar a interiorização, o ócio nobre, o desinteresse etc. Neste caso, o belo fortalece o sentido de justiça. O belo —acordo entre bom gosto e sentido moral— traduz-se na bela arte européia e esta última, por sua vez, inspira a justiça —dentro do conceito burguês de justiça.

Rodó vê na arte um elemento fundamental na contribuição da formação de um “conceito amplo e nobre da vida”, pois a arte é um interesse universal e deve ser utilizada como um instrumento na educação idealista.

Nosso autor contrapõe a razão ao utilitarismo, e julga a concepção em que toda “atividade se orienta pela finalidade imediata do interesse”. Ele vê no predomínio da função de utilidade, a formação de um senso crítico apenas superficial ou mesmo inexistente, que leva à incapacidade de visualizar perspectivas para o futuro, o que se traduz em uma melancólica e exaltada idealização do passado.

Em consequência, o sentido de democracia somente poderia ser utilitário, no qual a pressuposta igualdade (como por exemplo na Revolução Francesa) não contém o mesmo número de possibilidades para a construção da democracia (real acesso à democracia). Rodó, baseado em autores liberais franceses, critica a democracia igualitária como destruidora das superioridades humanas e niveladora da sociedade no seu aspecto mais nocivo. Sobre a democracia pesa a acusação de guiar a humanidade, mediocrizando-a, para um sacro império

do utilitarismo¹. A isso contrapõe o que seria para ele o verdadeiro conceito de igualdade, no qual todos têm condições de um desenvolvimento nobre. É, portanto, dever do Estado dar condições a este desenvolvimento pleno e equitativo.

Rodó defende a idéia de que a sociedade deveria ser dirigida por uma aristocracia intelectual. Esta aristocracia surgiria através de um processo seletivo natural e seria sempre renovada. De acordo com Rodó, “todos os seres racionais são dotados por natureza de faculdades capazes de um desenvolvimento nobre”. Respeitando-se as eventuais superioridades, “o culto espontâneo de tudo o que multiplica, a cifra do valor humano, virão a se encarnar progressivamente nos sentimentos e costumes do povo”. Nestes termos, a educação tem o papel de escola e deve consagrar a acessibilidade do saber e dos meios mais eficazes de atingir a superioridade. Desta forma, a desigualdade seria justificável pois seria uma sanção da natureza, para aqueles que apesar das possibilidades não desenvolveram a plenitude das verdadeiras superioridades humanas.

Deve-se garantir o estabelecimento da superioridade dos melhores. A sociedade deve guiar-se pela aristocracia intelectual dirigente que demonstrará a supremacia da inteligência e da virtude. “As relações de dependência e subordinação entre os componentes individuais da sociedade e entre os elementos da organização do indivíduo constituem um princípio da vida”. Para Rodó, este é o conceito de uma

¹ Idéia de Renán. Renán viveu no período do Segundo Império de Napoleão III, do qual desprende o pensamento de que o povo havia escolhido livremente, aquele regime político, e por sua vez mostrava-se incapaz de dirigir o seu destino coletivo.

democracia nobre e justa, racionalmente concebida, em que cada indivíduo tem o seu papel.

A admiração provocada na América Latina pode ser entendida como um preceito para imitação do modelo de desenvolvimento econômico-político dos Estados Unidos. Deve-se, no entanto, corrigir por meio da educação perseverante o que falta para alinhar com as novas exigências da civilização, “sem desnaturalizar o gênero dos povos para lhes impor um modelo estranho a que se sacrifique a insubstituível originalidade de seu espírito”, mantendo a independência interior como a de respeito próprio.

A história vincula a América Latina a uma grande tradição étnica, orientando-a ao cosmopolitismo por necessidade de formação, mas sem perder a herança em relação ao passado. Desta maneira, é necessário que se mantenha a “dualidade original de sua constituição” para levar seus povos à “concórdia e solidariedade”.

Os EUA, através de estudos mais tendenciosos, negam essa originalidade surgida da síntese hispano-americana para impor seus ideais utilitários, justificando desta forma sua ação. Rodó diz, a esta altura, que tem admiração pelo povo norte-americano, deixando claro que ele admira, mas não imita. Os EUA, em sua formação, colocam em favor dos “empreendedores” o mito e o avental de ferreiro dá outra beleza ao trabalhador.

Primitivos puritanos, devotos da energia que faz cada homem o “artesão de seu destino”, imaginaram sua sociabilidade baseada na prática e no espírito empreendedor conduzindo claramente ao capitalismo industrial dos norte-americanos, mostrando que também querem a “instrução do povo com a obsessão de uma monomania gloriosa e fecunda”.

Fizeram da escola o eixo mais seguro de sua prosperidade e da alma da criança o objeto de maior desvelo entre todas.

Entretanto, Rodó julga inexistente o refinamento e espiritualidade da cultura norte-americana. Para ele os norte-americanos não incorporaram às aquisições da ciência, uma lei geral, diversificaram e agigantaram os domínios da utilidade e deram ao mundo “bilhões de escravos invisíveis” para servir o Aladim humano, centuplicando o poder da lâmpada maravilhosa. Incorporaram este turbilhão de cultura utilitária à nova cultura e, ao lado da fábrica e da escola, construíram a igreja onde o povo de “consciência livre” faz suas preces. Queriam dar ao utilitário natureza de finalidade suprema, porém, o bem-estar utilitário entra aí no círculo vicioso apontado por Pascal, o bem-estar não encontra seu fim senão nele mesmo.

Os EUA não têm tradições profundas que os orientem e façam que toda essa potencialidade utilitarista do passado resulte numa perspectiva desinteressada de futuro. Até mesmo o positivismo herdado dos ingleses foi adaptado, subtraindo-se sua idealidade, deixando-o frio e destemperado.

Ainda reforça o autor que a religiosidade americana é uma força auxiliar ao código penal e que só deixaria esse posto auxiliar quando pudesse elevar a moral utilitária a título de religião. Atribui aos costumes políticos americanos o mesmo vício desorganizador que as atividades econômicas têm. Em outro sentido, querem aplicar à política as mesmas lógicas econômicas.

Finalizando, diz que, por maiores que seja suas contribuições, isso não serve de justificativa para a mudança de eixo do mundo da Europa para os EUA, que cumprem a lei misteriosa onde o iniciado mata o iniciador. Mesmo derrotado

por Caliban, Ariel ressurgiu imortalizado, e segue, assim, animando aos que vivem pela realização dos planos idealizantes.

“Ariel” é neste sentido uma obra de importância para a compreensão do europeísmo como opção desenvolvimentista que surge justamente para contrapor-se ao norte-americanismo ou “nortemania” que conquistava amplos setores do pensamento intelectual latino-americano de então.

A obra não fica restrita aos problemas hispano-americanos, o problema que toma o centro das discussões é a relação entre a cultura e a democracia (Marichall, 1978). Rodó não só critica —de maneira direta e fundamentada— o intervencionismo dos EUA —exemplo de Cuba e Porto Rico (1898)— como também ataca o modelo desenvolvimentista que consegue a admiração de grande parcela do pensamento latino-americano, como já foi dito anteriormente.

Rodó via nos EUA e no *american way of life* uma forma metafórica na qual “o espírito utilitário” tinha dominância integral, conduzindo o país à já citada “democracia mal-entendida”. Octávio Ianni na apresentação da obra de Rodó já indicava duas linhas interpretativas para “Ariel”. Uma delas seria o poder das idéias e dos ideais que remeterão à uma educação redirecionada. Cabe aos intelectuais a transformação das massas, que provocará gradualmente a gestação de uma nova linha político-social da América Latina.

Realizando uma leitura mais atenta da linha teórica e política do autor, podemos notar a influência do positivismo comteano e do discurso liberal. Positivismo e liberalismo que eram os pensamentos de maior penetração nos meios intelectuais da época, como já dito anteriormente. Não

obstante, torna-se mais fácil a compreensão e a explicação, a partir destes dados, o fato de Rodó colocar a educação idealista como o único modo de atingir a democracia como possibilidade equitativa de desenvolvimento nobre das sociedades latino-americanas.

Rodó explicita seus ideais liberais quando recorre ao Estado como responsável direto do “desenvolvimento nobre”. O Estado tem como dever fornecer as bases para que os seres racionais possam ter condições de desenvolverem sua plenitude e atingir o grau de dignidade satisfatório que o tornará “homem”.

Afirmando o positivismo, Rodó acredita em leis naturais sociais e em uma ordem incólume. Rodó diz que a superioridade humana individual dirigirá a sociedade. Essa aristocracia é renovável e baseia-se em um processo de seleção natural para firmar-se como tal. Rodó defende uma analogia organicista quando, direta ou indiretamente, diz que cada indivíduo possui um papel particular dentro da sociedade. A formação da aristocracia intelectual, então, é evidentemente natural, funcional e inevitável. Estas formulações inicialmente foram defendidas e ganharam força através de Durkheim para em seguida dar origem à moderna teoria funcionalista das classes sociais (Davis e Moore) (Cf. Lowy, 1994, p.24).

Comparativamente a Bolívar, que falava de um “poder moral”, a maneira de levar todos os cidadãos a um mesmo grau de cultura de acordo com suas aspirações. De certa forma este é o pensamento de Sarmiento e de Alberdi.

Enfim, deve-se posicionar a Aristocracia Intelectual de Rodó entre Ariel e Caliban para que esta possa “baixar-se até os infelizes e alçá-los com os braços”.

Finalizando, Rodó na sua luta teórica para comprovar o seu discurso, coloca-se como porta-voz do europeísmo, omitindo (ou negando) o passado colonial da América Latina; problematiza vários pontos dos quais não apresenta soluções e omite fatos e idéias que possam apresentar-se de forma inconveniente à defesa de seus conceitos culturais, sociais e especialmente políticos. Rodó, ao criticar o americanismo, não propõe soluções inovadoras para os problemas da América Latina, apenas mostra-se um sectário defensor do europeísmo. De certa forma este último e o americanismo podem ser encarados como duas faces de uma mesma moeda, mostrando conotações similares porém paradoxais.

CUSTÓDIO, João Luiz, PRESTES, Anderson Rizzutti. *The Models of Development for Latin America according to Rodó*. Franca, Ensaio de História, v.2, n.2, p.35-45, 1997.

ABSTRACT: This article brings a reading of Ariel of Uruguayan José Enrique Rodó and analyses the pattern of Latin America development presented by the author.

KEYWORDS: Latin America, Ariel, Rodó.

Referências Bibliográficas:

LÖWY, M. As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

RODÓ, J.E. Ariel. Campinas: Unicamp. 1991.

SHAKESPEARE, W. A tempestade. 2.ed. Porto: Lello e Irmão, s/d.

ESPIRITISMO E HOMEOPATIA: CIÊNCIA E PRECONCEITO NA PASSAGEM DO SÉCULO

Nadia Rodrigues Alves Marcondes Luz LIMA*

RESUMO: Envolvida pelo pensamento científico positivista, a elite médica brasileira do final do século XIX e início do XX nega, à teoria homeopática, o direito de ser estudada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Às sociedades espíritas, criadas em sua maioria pelos liberais e republicanos, coube acolher o estudo e a terapêutica homeopática, proporcionando gratuitamente consultas médicas ou mediúnicas —estas as mais preferidas, bem como a distribuição também gratuita de medicamentos. Funções públicas assumidas por esferas privadas da sociedade. *Similia Similibus Curantur* —espiritismo e homeopatia, por preconceito e por estarem esvaziando consultórios médicos, ficam de fora do estudo científico oficial.

UNITERMOS: Brasil, Allan Kardec, espiritismo, preconceito, homeopatia, política.

Foi o médico Canuto de Abreu, fundador e presidente da Associação Paulista de Homeopatia, o primeiro a afirmar

* Graduanda em História, graduada em Comunicação Social pela PUC-Campinas, pós-graduanda em Marketing pela Universidade de Franca. Orientadora: Hercídia Mara Facuri Coelho.

que, no Brasil, a homeopatia preparou o terreno onde mais tarde seria lançada a semente do espiritismo (Abreu, 1991, p.24). O círculo de convivência social homeopático discutia as idéias trazidas da França pela livraria Editora B. L. Garnier, situada à Rua do Ouvidor, 65, no Rio de Janeiro, a mesma que importou para este lado do Atlântico diversas outras obras, inclusive as de Augusto Comte. Assim, foi possível a divulgação do pensamento positivista que até hoje nos envolve: a atmosfera “patriótica”, impregnada pelo culto aos heróis, aos símbolos da pátria, ao calendário de datas comemorativas, mas, sobretudo ao pensamento científico da comunidade acadêmica.

Em 1810, o médico alemão Cristiano Frederico Samuel Hahnemann publicou *Organon da Arte de Curar*, onde expôs as bases do sistema homeopático que se apóia no axioma: *similia similibus curantur* (semelhante cura semelhante).

No Brasil, a homeopatia começou a popularizar-se a partir de 1837, com a chegada do português João Vicente Martins, médico formado pela Escola Médica de Lisboa (Santos, 1947, p.233). Mais tarde, em 1840, chega ao Brasil o médico francês Benoit Mure ou Bento Mure, como ficou conhecido no Rio de Janeiro. Juntos, Bento Mure e João Vicente Martins fundaram, em 12 de março de 1844, o Instituto Homeopático do Brasil, com sede na capital do Império.

No discurso inaugural, Bento Mure afirma:

“Sob os auspícios da Divina Providência e debaixo da proteção das leis deste Império, está instalada o Instituto Homeopático do Brasil” (Santos, 1947, p.232).

Prossegue o discurso com a leitura da Ata de Fundação:

“Nós abaixo-assinados, aprovando esta ata, nos constituímos sócios fundadores do Instituto Homeopático do Brasil, sujeitando-nos cada um às deliberações da sociedade, afim de tornar efetiva a instituição a benefício das classes pobres. Rio de Janeiro, 10 de março de 1844” (idem, p.232).

O Redator do Jornal do Comércio, de 13 de março de 1844, comentando a solenidade inaugural do Instituto, demonstra-se admirado com o fato de que

“Quase todas as pessoas que se achavam presentes assinaram; e com o mais súbito prazer foram vistos inscrever-se no número de fundadores alguns médicos respeitáveis por suas luzes, probidade e posição social. Seguiram-se vários discursos que hão de sair impressos, findos os quais se levantou a sessão no meio do maior e mais esperançoso entusiasmo pelo progresso de uma ciência que promete à humanidade um porvir de longa vida sem as dores que mais vezes vêm das curas que da moléstia.

Grande tem de ser ainda a luta entre a homeopatia e a velha medicina; mas agora que um corpo científico lhe presta apoio; agora que as experiências se podem multiplicar cada vez mais; agora que tem decorrido tempo bastante para que fatos se apresentem em apoio das doutrinas de Hahnemann; agora que muitos médicos, ou

para não combater o que não conhecem, ou para vir a encontrar o que em vão têm procurado em todos os sistemas a verdadeira arte de curar, se decidem a estudar seriamente a homeopatia.” (Santos, 1947, p.232s).

Se o discurso do Dr. Mure, afirmava que a fundação do Instituto Homeopático fazia-se “debaixo da proteção das leis do Império” Brasileiro, o mesmo não ocorreria após a proclamação da República. O Novo Código Penal Brasileiro, criado sob o decreto 847, de 11 de outubro de 1890, determinava no capítulo dirigido aos Crimes contra a Tranquilidade Pública, art. 156:

“Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentária ou a *pharmácia*; praticar a homeopatia, a dosimetria, o hypnotismo ou o magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos” (Faria, 1929, p.288).

E no art. 157:

“Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública”; sendo que em ambos os artigos as penas pela transgressão eram as mesmas: “prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000” (idem, p.307).

O Redator do artigo publicado pelo Jornal do Comércio, conforme transcrevemos, já em 1844, no ato da

inauguração do Instituto Homeopático, refere-se às dificuldades que a homeopatia encontraria para sobreviver, quanto mais conviver com a parte da comunidade acadêmica, citada no artigo como representante da “velha medicina”.

Realmente, os representantes da velha medicina, aparentemente conservadores receosos de novidades, perseguiram os médicos adeptos da terapêutica homeopática, ridicularizando-os. Mas a questão que impulsionava àqueles médicos contrários à homeopatia era outra. A legislação do Império permitia que fossem os médicos também proprietários das Boticas, antigas farmácias.

Um século antes, nos anos que precederam à Revolução Francesa e a conseqüente implantação da República, Nicolas Bergasse, um dos fundadores da Sociedade de Harmonia Universal da França, propagadora do magnetismo e da assistência médica gratuita aos mais necessitados, dissera ironizando: “É importante manter (entre o povo comum), como um meio constante de civilização, todos os preconceitos que podem tornar a medicina respeitável (...) O corpo dos médicos é um corpo político, cujo destino está ligado ao do Estado (...) Assim, na ordem social, são-nos absolutamente necessárias as doenças, drogas e leis, e os distribuidores das drogas e doenças têm talvez a mesma influência sobre os hábitos de uma nação que os depositários da lei.” (Darnton, 1968, p.78).

No Brasil, nos dias que precediam a proclamação da República, a medicina ainda permanecia no âmbito ferrenho da política, do *status* social e da acumulação de riquezas.

Ao ler a Ata de Fundação do Instituto Homeopático do Brasil, o Dr. Mure deixou claro o ideal filantrópico proposto por aquele instituto: todos os que assinassem a ata,

estariam concordando com o propósito de “tornar efetiva a instituição em benefício das classes pobres”.

Um ano após a fundação do Instituto, o outro médico acompanhante do Dr. Mure, o português João Vicente Martins fundou a Escola Homeopática do Rio de Janeiro, mais tarde substituída pela Academia Médico-Homeopática do Brasil.

A luta entre parte dos membros da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Escola Homeopática tornou-se ferrenha desde 1845, ano de sua fundação, até 1854 quando o Ministro do Império precisou intervir. Após o término do curso, a Escola Homeopática oferecia a seus alunos certificados de conclusão, indicando aptidão para o exercício da prática homeopática. Em outras palavras, após a conclusão do curso, os alunos estavam habilitados ao exercício da medicina homeopática.

A Faculdade de Medicina juntou-se à Academia Imperial de Medicina e acusou publicamente a Escola de “Fábrica de Charlatães” (Santos, 1947, p.239).

Alguns médicos da Faculdade favoráveis à homeopatia requisitaram que fossem ministradas aulas de Medicina Homeopática na Faculdade, para que a disciplina pudesse constar do currículo acadêmico. A Congregação da Faculdade formou uma comissão e emitiu parecer desfavorável ao acolhimento da teoria do médico alemão Hahnemann, como disciplina curricular.

Somente em 22 de fevereiro de 1854, o Ministro do Império regulou a questão, permitindo o ensino da homeopatia pela Escola Homeopática da Corte, cujos certificados não seriam de modo algum equiparados aos diplomas concedidos pela Faculdade de Medicina, não podendo também serem registrados nas Repartições de Higiene do país. Vedava-se,

portanto, aos possuidores dos diplomas da Escola Homeopática o exercício da medicina homeopática em qualquer ponto do Império Brasileiro.

A situação ficou desta forma: o exercício da homeopatia só caberia ao médico formado pela Faculdade, que complementasse o curso freqüentando as aulas em outra escola. A comunidade científica, representada pela Faculdade de Medicina, fora a vencedora da questão. Suas Boticas continuariam vendendo remédios alopáticos, indicados através de suas próprias receitas, aviadas por seus próprios punhos. O lucro seria dobrado, o da consulta e da venda do remédio.

Devemos considerar também que a elite médica brasileira àquela época, além de proprietários das Boticas, implicando de certa forma serem empresários do ramo das moléstias, estava constituída por políticos.

Em 1873, o formando em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, Joaquim Duarte Murtinho, apresentou à banca examinadora sua “Dissertação do Estado Patológico em Geral”. Onde abordava aspectos da teoria homeopática. Um dos membros da banca, o catedrático de Patologia Geral, foi substituído em última hora. Devido à impossibilidade de comparecer o membro designado, o Dr. Francisco Menezes Dias da Cruz faz questionamentos sobre a ‘escolástica de ser ou não ser’ e da ‘substância da realidade’, omitindo fundamentalmente questões sobre o tema central da tese. Desta forma dispersou a atenção dos outros membros da banca examinadora, ridicularizou o doutorando, e, em momento algum, demonstrou conhecimento do tema central da tese —a concepção de moléstia segundo a doutrina hahnemanniana (Faria, 1995, p.30).

Sete anos depois de formado, o doutor Joaquim

Duarte Murtinho iniciou uma série composta por trinta e dois artigos publicados através do Jornal do Comércio, no período de outubro de 1880 a fevereiro de 1882. Nestes artigos faz provocações a diversos membros dirigentes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, trazendo a público a proposta do Instituto Hahnemanniano do Brasil, de prestar serviços de forma gratuita, ministrando aulas na Faculdade, sem ônus para aquela. Era a segunda grande tentativa de introduzir a disciplina na Faculdade.

A proposta do Dr. Joaquim Duarte Murtinho era favorecer as possibilidades de estudos, pesquisas e observações, conferindo à homeopatia o caráter científico.

A partir de seus esforços, o Instituto encaminhou um ofício ao Imperador Pedro II que, por sua vez, enviou-o à Congregação da Faculdade. Formou-se uma Comissão encarregada de emitir parecer que serviria de subsídio para a decisão a ser tomada pelo Governo Imperial. Foi o Dr. João Vicente Torres Homem, membro do Conselho do Imperador e médico da Imperial Câmara, o relator do parecer desfavorável ao propósito do tema.

As razões alegadas pela Comissão para vetar o requerimento estavam assentadas nos seguintes itens:

- “1º— A homeopatia não era científica;
- 2º— A lei *similia similibus curantur* não tinha comprovação experimental;
- 3º— A eficácia da cura em homeopatia era proveniente da imaginação e da fé do paciente, secundadas pelo repouso e higiene;
- 4º— Do sistema, nada poderia ser aproveitado pela ciência;
- 5º— O conhecimento da homeopatia impedia

a frequência a cursos regulares” (Faria, 1995, p.69–70).

Encerrando o parecer, continua a Comissão:

“que por todas estas razões não tem o menor fundamento o pedido que faz o Instituto Hahnemanniano ao Governo Imperial, e a Faculdade deve opor-se a que ele seja satisfeito, podendo o mesmo Instituto, se tanto deseja propagar as doutrinas que professa, abrir cursos livres na sala em que celebra as suas sessões, tratando-se deste modo mais digno de gratidão de seus adeptos, sendo-lhes assim mais fácil recrutar falanges entre os médicos que por qualquer motivo se tenham revoltado contra a antiga medicina” (Faria, 1995, p.69–70).

Somente poderia ter peso científico o que adentrava as portas acadêmicas. A homeopatia havia então ficado de fora, excluída por decisão de um pequeno grupo responsável pela censura do que poderia ser científico ou não. Importa-nos a observação de que nos itens 1º e 2º, a Comissão alega não ser a homeopatia científica, nem comprovada de forma experimental. Indagamos sobre qual seria o espaço próprio reservado à observação e comprovação para posterior aprovação ou negação do que é científico ou não?

A contradição é clara. O veto da Comissão consistiu na negação da permissão do uso do espaço acadêmico para observação e experimentos através da criação de ambulatórios —solicitação que já havia sido feita e encaminhada conforme publicação do Jornal do Comércio, de 10 de abril de 1876, por ocasião do surto de febre amarela no Rio de Janeiro (Faria,

1995, p.16).

Revelava ainda a Comissão, a preocupação dos representantes da medicina oficial científica diante da possibilidade de medicalização da sociedade brasileira, e conseqüentemente o esvaziamento dos consultórios e das boticas.

Donos do saber apropriando-se do poder, resguardando o interesse econômico pessoal. A vontade e a possibilidade de poder, resultante do saber institucionalizado. Esta abordagem de Michel Foucault, que aqui apropriamos, indica que o saber institucionalizado traz poder de mando e subordinação. A instituição médica oficial brasileira mostrava-se através daquele parecer que o seu poder já estava constituído e sólido, por isto se opunha. Era a ele que o Imperador confiara a decisão e os cuidados da saúde nacional.

A homeopatia, relegada à margem do cientificismo, continuou a ser acolhida e pode proliferar-se através das sociedades e dos grupos espíritas que vinham se formando desde 1853 na cidade do Rio de Janeiro. Esta data refere-se à existência de um grupo de estudos dos fenômenos causados pelo magnetismo, dirigido pelo médico homeopata Melo Moraes. O magnetismo, divulgado na França pelo médico alemão Franz Anton Mesmer, a partir de 1778, afirmava que havia no universo um fluido sutil que tudo penetrava. Semelhante a um ímã, os corpos animados ou inanimados recebiam e transmitiam por força de atração as energias deste fluido. Tais influências ocorriam particularmente sobre o sistema nervoso, podendo agir como fonte de energia curadora. No século seguinte, Allan Kardec ao fazer a codificação denominou-o *fluido vital*.

O termo "espiritismo" foi criado a partir das obras

codificadas por Allan Kardec, pseudônimo do professor francês Hippolyte Léon Denizard Rivail. A primeira destas obras, de uma série de cinco, foi O Livro dos Espíritos, editado na França em 1857, que chegou ao Brasil alguns anos mais tarde, num momento em que já se encontravam formadas sociedades e grupos de estudos propícios à sua divulgação.

O fato de ter a homeopatia surgido no Rio de Janeiro, num espaço de tempo curto desde a publicação da obra *Organon*, de Samuel Hahnemann, em 1810, e a fundação do Instituto Homeopático do Brasil em 1844, propiciou que uma mesma geração de médicos e estudiosos de homeopatia acolhessem as obras de Allan Kardec, editadas no Rio de Janeiro.

O espiritismo propõe uma tríplice abordagem, a filosófica, a religiosa e a científica. A abordagem científica motivou a reunião dos membros dos primeiros grupos de estudos espíritas formados, naquele período.

Allan Kardec tendo sido membro de grupos que estudavam o magnetismo na França, afirmava ter sido este o caminho que possibilitou a observação do aspecto científico do espiritismo (Wantuil, 1968, p.148).

No Brasil, o médico homeopata formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Joaquim Carlos Travassos, usando o pseudônimo de Fortúnio, foi quem primeiro traduziu quatro das cinco obras consideradas básicas da codificação kardequiana. Em 1875, traduziu O Livro dos Espíritos, da 20ª edição francesa; O Livro dos Médiuns, da 12ª edição francesa; O Céu e o Inferno, da 4ª edição francesa. No ano seguinte, 1876, traduziu O Evangelho Segundo o Espiritismo, da 16ª edição francesa. Possivelmente também tenha sido ele o primeiro tradutor de A Gênese, em 1882, da

8ª edição francesa. Travassos foi também senador da República na primeira legislatura do Estado do Rio de Janeiro, fundador do Clube Republicano de Niterói, deputado na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro e, também, fundador da Sociedade Nacional de Agricultura, em 1897, órgão precursor do Ministério da Agricultura, criado em 1907.

Qualificamos o Dr. Joaquim Carlos Travassos para auxiliar na tipificação dos membros que freqüentavam as escolas de homeopatia, os grupos de estudo do magnetismo e as academias ligadas à medicina científica. Nossa intenção é demonstrar que estes indivíduos, freqüentadores de um círculo comum, inclusive político, foram os fundadores dos primeiros grupos que se preocuparam em estudar o espiritismo no Rio de Janeiro. Pertenciam à elite cultural brasileira, não eram charlatães, mágicos ou cartomantes como o código penal os caracterizou.

Conforme recebiam os conceitos espíritas, participavam da luta da teoria homeopática para enquadrar-se no cientificismo. Por outro lado, foram estes mesmos médicos-políticos os que participaram das ocorrências políticas da passagem do Império para a República no Brasil.

O médico homeopata Dr. Adolfo Bezerra de Menezes traduziu Obras Póstumas de Allan Kardec em 1892, da 1ª edição francesa. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1856, foi político e, anos mais tarde, presidente da Federação Espírita Brasileira, criada em 1884.

Usando o pseudônimo Max, Bezerra de Menezes escrevia em coluna semanal, sempre aos domingos, no jornal O Paiz, dirigido pelo maçom Quintino Bocaiúva. A série de artigos iniciou-se em novembro de 1886 e prosseguiu até dezembro de 1893. Denominada Estudos Filosóficos, tinha

como subtítulo O Espiritismo. Esta série atravessou justamente o período de mudança do regime político brasileiro.

Acolhidas pelos mesmo indivíduos, nos mesmos grupos de convívio comum, o magnetismo, a homeopatia e o espiritismo despertaram o preconceito dos representantes da ciência "oficial", acadêmica.

Certas ocorrências históricas não devem passar despercebidas, como este fato interessante: o médico que presidiu a banca examinadora na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Francisco Menezes Dias da Cruz, teve um filho de igual nome que tornou-se um famoso médico homeopata. Este médico foi eleito em 1890, em sucessão ao Dr. Bezerra de Menezes, presidente da Federação Espírita Brasileira (Abreu, 1991, p.55-57).

Foi também o responsável pelo programa assistencial desenvolvido pela Federação Espírita e que consistia no exercício da filantropia e da caridade, principalmente através da gratuidade de medicamentos homeopáticos.

Canuto de Abreu atribui a este trabalho de assistencialismo o fator primordial de prosperidade da Federação Espírita Brasileira, afirmando que o Dr. Dias da Cruz foi o primeiro a compreender a necessidade de prestigiar a assistência aos necessitados. No trabalho diário da Assistência aos Necessitados, que funcionava junto ao prédio da Federação:

"todos os dias úteis, fizesse sol ou chovesse, um sem número de pessoas num vai-e-vem contínuo dava à Assistência o testemunho de sua utilidade. (...) Os freqüentadores desta queriam, com toda razão, a

homeopatia dos médiuns e não a homeopatia dos médicos” (Abreu, 1991, p.56).

Os receituários mediúnicos, recomendando o uso de medicamentos homeopáticos, poderiam ser então receitados através do pensamento de um espírito que já fora médico.

A este receituário homeopático é que se refere Canuto de Abreu quando cita a preferência popular dos assistidos pela Federação Espírita. É o receituário mediúnico.

Hahnemann já havia citado, quando elaborou a teoria homeopática, que os medicamentos agem primeiro num corpo intermediário ente o espírito e a matéria. Uma espécie de corpo fluídico, o mesmo que Allan Kardec chamou de “perispírito”.

Desde a segunda metade do século XIX no Rio de Janeiro, os médicos seguidores de Bento Mure e João Vicente Martins já compreendiam a medicina nesta concepção trina: espírito, perispírito, matéria. O espiritismo possibilitou corpo teórico a estes conceitos, a partir da codificação de Allan Kardec.

A ciência oficial e a igreja católica haviam conseguido enquadrar como crime, num mesmo código, a homeopatia e o magnetismo, como vimos no artigo 156, e o espiritismo, no artigo 157. À este último, coube a confusão intencional com magia, cartomancia ou sortilégios, vulgarizando o termo espiritismo criado por Kardec especificamente para definir o corpo teórico específico da codificação.

Homeopatia e espiritismo continuaram unidos no século XX, de acordo com a doutrina dos semelhantes: *similia similibus curantur*.

Excluídos da comunidade acadêmica-científica por

quase um século e meio, ambos têm conseguido nestes anos tão próximos do século XXI conquistar espaço nas pesquisas universitárias.

O título deste trabalho evoca o preconceito científico e religioso na passagem do século XIX para o XX. Bem podemos reaproveitá-lo, afirmando que o mesmo título, de certa forma, pode ainda ser usado ao se referir ao momento por que passamos. Do século XX ao XXI, ainda insiste no ranço do conceito anterior, o preconceito.

Todavia, pouco a pouco a ciência admite sua perplexidade e investe em definitivo na descoberta e constatação da existência da vida após a morte, já rompendo o longo silêncio e despiando-se de preconceitos que balizavam conclusões após conclusões. São conquistas em defesa da liberdade de pensamento.

LIMA, Nadia Rodrigues Alves Marcondes Luz. Spiritism and Homeopathy: Science and Prejudice in the Passage of the Century. *Ensaios de História*, Franca, v.2, n.2, p.47-62, 1997.

ABSTRACT: Evolved for the positivist thought the brazilian medical élite in the end of XIX century and beginning of XX, denies to the homeopatic theory the right to be studied in Medical University of Rio de Janeiro to the spiritist groups created for the liberals and republicans, was given the role of receive the kowledge of homeopathics terapies proportioning free medical or spiritual consults —this the most preferred, as well distribuction of medicine. Public functions tanken over for the private spheres of society. Similia Similibus Curanter —Spiritism and Homeopathy by prejudice and for being deflating medical officers, were banned of official study.

KEYWORDS: *Brazil, Spiritism society, magnetism, positivist, homeopathy, politic.*

Referências Bibliográficas

- ABREU, C.B. de M. Subsídios para a história do espiritismo no Brasil até o ano de 1895. 4.ed. São Paulo: FEESP, 1991.
- DARNTON, R. O lado oculto da revolução: Mesmer e o final do iluminismo na França. São Paulo: Cia das Letras, 1968.
- BOLETIM MÉDICO ESPÍRITA DE SÃO PAULO, n. 9 e 11, 1994 e 1997.
- FARIA, A.B. de. Anotações teórico-práticas ao código penal do Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro: Jacintho R. dos Santos, 1929.
- FARIA, F.A. Querelas brasileiras: homeopatia e política Imperial. 3.ed. Rio de Janeiro: Notrya, 1995.
- FOUCAULT, M. O nascimento da clínica. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.
- KARDEC, A. O livro dos espíritos. 31.ed. São Paulo: Inst. Dif. Espírita, 1986.
- SANTOS FILHO, L. dos. História da medicina no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1947.
- WANTUIL, Z. Grandes espíritas do Brasil. Rio de Janeiro: FEB, 1968.

FOLIAS, FOLIÕES E SAIAS: A INSERÇÃO DA MULHER NO FOLCLORE DE REIS NO MUNICÍPIO DE BEBEDOURO

Guilherme Falcon PUPO*

RESUMO: Este trabalho inicia a análise da dinâmica cultural existente no fato singular da inserção da mulher no folclore de reis, inserção esta específica da cidade de Bebedouro, e algumas de suas implicações referentes à própria dinâmica e ao papel da mulher enquanto agente de permanência cultural.

UNITERMOS: Cultura, folclore, cidadania, mulher, folia de reis.

Vem descendo a rua do Comércio, da pequena Bebedouro (município do interior de São Paulo, na região nordeste do Estado), por época dos festejos natalinos, a companhia de santos Reis. Músicas de louvação, marchinhas, batidas dos bumbos, repiques e triângulos, junto ao toque difuso dos pifes (pequenas flautas feitas artesanalmente de bambu ou cano, coloridas e enfeitadas de fitas) animam os palhaços que vão dançando a marmelada (dança de passos aleatórios e rápidos, onde os mascarados demonstram toda sua

* Graduando em História. Orientadora: Dulce Maria Pamplona Guimarães.

habilidade). Típico evento de muitas cidades do interior paulista nos anos 40, em que o povo se reúne nas ruas abrindo caminho para a companhia que passa. A bandeira de reis desce dançando na mão de um folião, enfeitada de fotos, flores, santinhos e todo tipo de prendas que os devotos e os pagadores de alguma graça recebida conseguiram dependurar nela. Tudo muito comum, porém, quem segura a bandeira de santos reis está de saias. É Maria Baiana. E a companhia que passa leva esse mesmo nome, o de sua organizadora: Companhia de Santos Reis da Maria Baiana.

Maria Baiana, Clementina, Maria Pires, a finada Bonifácia, nomes comuns e populares do folclore bebedourense, o da folia de reis, constituem o aspecto mais singular deste folguedo naquela cidade; a participação da mulher na dinâmica cultural do folclore.

Apesar de sua singularidade, o nosso tema pode para alguns não causar nenhum estranhamento, logo que a participação da mulher em muitas manifestações do folclore nacional não se demonstra assim tão rara, encontrando-se mesmo na folia de reis lugar como cozinheira, costureira das fardas dos foliões, devota, rezadeira etc. Porém, o que nos chamou a atenção nestas folias de Bebedouro foi, antes de mais nada, a presença da mulher também nos cargos primeira importância para a festa, organizando, patrocinando, carregando a bandeira ou comandando, sendo mesmo muitas vezes a principal responsável pelo giro das companhias e realização da folia. O segundo fato é que essas mulheres estão lá sozinhas, não estão acompanhando seus maridos ou companheiros.

A presença destas mulheres na folia de Bebedouro é marcante na história da cidade e, apesar de raramente serem

citadas nas monografias da história da cidade, ocupam lugar na boca e no imaginário do povo. Sua marca aparece desde o surgimento da primeira companhia de reis na cidade, a companhia da, já falecida, Maria Baiana, que, apesar de não mais existir, deixou muitos foliões que montaram suas próprias companhias, como é o caso da companhia da Clementina, onde sua festeira, dona Clemência Perrone (conhecida por Clementina), apesar da idade avançada, representa ainda hoje, todos os anos, a cidade no festival de folclore de Olímpia (realizado anualmente na segunda semana de agosto, tendo no ano de 1998 sua 33ª edição).

A reflexão sobre nosso objeto, o entendimento de sua origem, conseqüências, assim como sua importância, principiam-se com o desvendamento de sua dinâmica cultural. Pautada na persistência e na resistência, o fato, a folia de reis, inscreve e constrói em seu meio a própria continuidade, instaurando dentro dele o pedaço onde convivem dinamicamente fato, meio, indivíduos, coletividade em relações múltiplas onde nenhuma das partes é dispensável. Desta forma a continuidade, sempre necessária, se dá a partir dos meios, elementos e relações existentes e disponíveis, recriando-se, ressignificando-se e reinscrevendo-se na arena das relações sociais e culturais.

Estas mulheres da comunidade continuaram suas devoções, sua fé e as devoções dos maridos da forma que sabiam fazer, da forma que aprenderam e nesta forma de rezar garantiram a continuidade deste folguedo. Com Maria Baiana, migrante da Bahia, a folia de reis, algo trazido de seus familiares, apresentou-se como uma forma de continuar e cultivar um costume das suas origens, sendo um modo de guardar, construir e inserir sua identidade. Era ela o elemento

disponível e conhecedor da tradição, tornando-se por isso elemento chave desta continuidade, elemento de persistência. “Folias” posteriores, “descendentes”, afilhadas da Companhia da Maria Baiana, como a Companhia de Reis da Clementina, não surgiram desta continuidade migrante, que tenta transpor um fazer da terra natal, logo que sua persistência era a da cultura já instalada, existente e transformada. Porém, os processos que a descrevem, ao garantir sua presença, são muito semelhantes: trata-se da apropriação de elementos disponíveis. Clementina (Clemência Perrone) assumiu a companhia de seu marido após sua morte, continuando e garantindo sua originalidade e fidelidade, “ironicamente” ressignificando-a, transformando-a para que não mudasse.

O que mais nos chama a atenção neste processo é que, em nenhum momento ou dado de nossa pesquisa em Bebedouro (relatos, entrevistas, pesquisas em arquivo jornalístico), foi revelado qualquer traço de resistência moral ou machista contra as “mulheres folionas”, no que se refere à legalidade e legitimidade cultural e simbólica de suas funções, tanto como organizadoras ou articuladoras das relações de propiciação e aproximação com o sagrado (não só na qualidade de rezadeiras das preces e louvações, mas como contentoras de toda a aura mágica e mística típicas da religiosidade popular). Sua presença sim, causava e causa admiração e respeito entre os devotos e foliões (notório nas entrevistas quando se perguntava aos foliões sobre a origem da folia de reis em Bebedouro, ou da importância da companhia da Clementina na história do folguedo na cidade; e ainda no fato de muitos foliões se declararem, orgulhosos, afilhados da Maria Baiana ou da Clementina).

Isto nos é explicado por dois motivos: o primeiro se

encontra no próprio processo da continuidade, em que as mulheres eram aquele elemento disponível, “elas estavam lá, elas aprenderam, elas continuaram”. E de uma forma onde a necessidade de continuidade e a persistência foram maiores que a moral. Na escolha dos elementos para constituir sua identidade, a do devoto e do folião, o fazer da festa, da folia, do folguedo, por quem quer que fosse, teve maior peso que os “tabus” morais da sociedade. Pensando a tradição, segundo Vagner Gonçalves da Silva (1996), como algo em transformação, podemos entender que a constituição de uma tradição e da própria identidade não se dão só pela lembrança e acumulação de caracteres materiais, sociais e culturais. Tradição também é abandonar, ignorar, esquecer. Ficou a festa e na festa se esqueceram alguns vícios sociais.

O segundo motivo encontra-se na história das folias de reis de Bebedouro, quando descobrimos, como já foi falado, que o surgimento das folias na cidade deu-se a partir de uma mulher, Maria Baiana, criando de certa forma um antecedente cultural.

A forma de participação destas mulheres no folclore demonstra, antes de uma conquista de espaço e emancipação, a pluralidade dinâmica de um determinado fazer cultural, a construção e persistência da identidade, que no seu realizar-se atravessa morais e limites, não destruindo-os mas adequando-se entre eles ou dando-lhes menor valor na equação. Desta forma ao garantir sua dinâmica, apesar de não trazer em si uma história de luta feminista, não deixa de exprimir a importância da presença da mulher na continuidade das tradições, da identidade e cultura de determinado grupo e local.

As “folionas”, os “foliões de saias” estão acabando, desaparecendo na cidade de Bebedouro, restando atualmente apenas a Companhia de Santos Reis da Clementina junto aos poucos relatos e histórias que povoam o imaginário da gente da cidade. Contudo nunca se poderá esquecer que, através de si, estas mulheres garantiram não só a continuidade de um fazer cultural, mas afirmaram o papel da mulher como elemento presente, atuante e articulador do meio, da cultura e da sociedade, sem diferença de valor. Na continuidade da festa de reis, de suas cores, sons e bandeiras, não só se rescreveu um costume, uma tradição, mas se construiu o respeito e os esboços de uma cidadania.

PUPO, Guilherme Falcon. Frolics, Carousers and Skirts: Woman Introduction in Kings of Folklore in Municipal District of Bebedouro. Ensaio de História, Franca, v.2, n.2, p.63-70, 1997.

ABSTRACT: This work introduce an analyses of cultural dynamics that is found in the singular fact as introduction of women in “kings” folklore, introduced in Bebedouro town and some of its results in woman role and her own dynamics as acting of cultural establishment.

KEYWORDS: Culture, folklore, citizenship, woman, “folia de reis”.

Fontes

- Arquivo jornalístico do jornal “A Gazeta de Bebedouro”.
- Entrevistas coletadas junto aos foliões da cidade.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, R. A inteligência do folclore. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1957.
- ANDRADE, M. Origens das danças dramáticas brasileiras. Revista Brasileira de Música, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.34-40, mar. 1935.
- ARANTES, A.A. O que é cultura popular. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros Passos).
- BRANDÃO, C.R. O que é folclore. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Primeiros Passos).
- CASCUDO, L.C. Folclore do Brasil. São Paulo: Fundo de Cultura, 1967.
- CHAUÍ, M. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COSTA, S. L. Bebedouro ontem e hoje: história e recuperação da memória da cidade. Bebedouro: Studio, 1996.
- COX, H. A festa dos foliões. Petrópolis: Vozes, 1974.
- IZIDORO, M.F. Gente que faz história. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1993.
- IZIDORO, M.F. Reminiscências de Bebedouro. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1991.
- MAGNANI, J.G.C. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, V.G. da. Orixás da metrópole. São Paulo: Vozes, 1996.

TOLEDO, A.A. de. Memórias de Bebedouro. São Paulo: Edigraf, 1968.

AS PERSPECTIVAS DA IGREJA CATÓLICA NO REGIME MILITAR (1964–1985)

Fábio LANZA*

RESUMO: O seguinte artigo traz pontos relevantes sobre a história da igreja católica no Brasil em um período recente, acrescentando e contribuindo às temáticas sobre o regime militar e a igreja católica. As análises sobre as diferentes perspectivas da igreja católica no período (1964–1985) encaminham à conclusão de que há um convergência auto-imposta.

UNITERMOS: Igreja católica, regime militar, ditadura, política.

Ao pensar nas perspectivas assumidas pela igreja católica no período do regime militar no Brasil, se faz necessário ter claro alguns aspectos importantes da igreja, como por exemplo, a sua heterogeneidade, “há um catolicismo da pequena burguesia e dos trabalhadores urbanos, um catolicismo para mulheres e um catolicismo para intelectuais” (Gramsci Apud Löwy, 1991, p.20). As diferenças são encontradas em sua organização, em seu clero, nas ordens

* Bacharel em Ciências Sociais, FCL-UNESP/Araraquara; aluno especial na graduação em História na FHDSS-UNESP/Franca. Orientador: Ivan A. Manoel.

religiosas, nos movimentos, nas pastorais, na sua composição social etc.

Camargo assinala, referindo-se à igreja católica, que a "persistência histórica da instituição supôs transformações essenciais para a sua sobrevivência" (Camargo, 1982, p.51). Com os processos de secularização e racionalização, que ocorreram a partir do século XVIII, com o iluminismo e o desenvolvimento do capitalismo, a posição da igreja católica é radicalmente alterada, acompanhando as mudanças que ocorreram na sociedade.

Podemos observar também no Brasil, um fenômeno social que promoveu profundas alterações nas posturas assumidas pela Igreja Católica a partir da década de 30, o êxodo rural, que promoveu a concentração urbana, processando a formação dos grandes centros populacionais. A população migrante da zona rural passa a integrar as cidades e tem a necessidade de uma religiosidade popular centrada nas novas carências urbanas que se avolumam.

Essa realidade, a partir dos anos 30, fez a igreja católica a envolver-se em discussões sociais, econômicas e políticas, levando em consideração as massas populacionais dos centros urbanos. Nesse momento processa-se e instala-se o conflito entre a visão conservadora e a crença no papel transformador da Igreja e dos valores religiosos no Brasil.

Nesse sentido, Mainwaring destaca que "a mudança, na verdade, deve ser analisada a partir do confronto e do conflito de diferentes concepções existentes no interior da Igreja, e da percepção de como as transformações que ocorrem na sociedade, interferem na igreja ou solicitam uma tomada de posição" (Mainwaring apud Martins, 1994, p.41).

Em 1952, com a criação da Conferência Nacional dos

Bispos do Brasil (CNBB), instaurava-se uma tendência de aproximação da igreja às classes dominadas e subalternas, e já se observava uma divisão entre os bispos progressistas e os conservadores.

As transformações políticas ocorridas no Brasil na década de 1960, principalmente após a instalação dos militares no poder a partir de 1964, coincidem com as "mudanças que a igreja católica passa a experimentar a partir do Concílio Vaticano II" (Arns, 1985, p.147), 1962-1965, das Conferências Episcopais em Medellin, 1968, e em Puebla, 1979.

Para Ana Lúcia Valente, o Concílio Vaticano II, "convocado pelo Papa João XXIII, pode ser considerado como auto-crítica universal da igreja católica" (Valente, 1994, p.72), da qual resulta "a renovação da igreja nos moldes da sociedade emergente" (Valente, 1994, p.72).

A Conferência Episcopal, realizada em Medellin, traz algumas novas considerações que são colocadas em pauta, para serem encaminhadas na América Latina: trata-se de libertar a ação pastoral de seu caráter conservador, oficializar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e valorizar as religiosas no atendimento paroquial.

A igreja católica, a partir de Medellin, passa a analisar, com espírito crítico, o seu modo de evangelizar, sua pedagogia e sua forma de fazer a história. A ação pastoral passa a empenhar-se contra a estrutura injusta e desigual da sociedade latino-americana.

No bojo das transformações ocorridas na década de 60, também se construía e se tornava oficial um movimento composto por setores significativos da igreja católica: clero (bispos, padres e congregações religiosas); movimentos

religiosos laicos (ação católica, juventude universitária católica, juventude operária católica); pastorais populares e comunidades de base. Todos esses setores passaram a formular e praticar, nessa época, a teologia da libertação, que tinha entre seus objetivos o "compromisso de abolir a atual situação de injustiça e construir uma sociedade nova (...), pela participação ativa e eficaz da luta empreendida contra seus opressores pelas classes exploradas" (Gutierrez Apud Valente, 1994, p.82).

Em Puebla, os bispos analisaram uma situação de injustiça institucionalizada, com aspectos condenáveis e antievangélicos, tomando como proposta o "desafio pastoral e a evangelização dos pobres a partir de sua própria realidade cultural" (Valente, 1994, p.84).

Essas mudanças dentro da igreja católica não foram bem aceitas pelos setores conservadores, assim como pelo Vaticano. Exemplo claro é o incentivo a movimentos de cunho espiritual e tradicionalista, a partir dos anos 70 e as perseguições a teólogos da libertação, a partir dos anos 80.

Contudo, esses acontecimentos no interior da igreja católica acompanham um período muito tenso no cenário político-cultural do Brasil. Refiro-me ao período compreendido entre a renúncia do presidente da República Jânio Quadros (25.8.61) e o golpe de estado pelo Comando das Forças Armadas, contra o então presidente João Goulart (1.4.64), marcado "pelo rápido crescimento das lutas populares" (Arns, 1985, p.57). As lutas por reformas estruturais, chamadas "reformas de base", propostas pelo presidente João Goulart, ganhavam força nas camadas populares, entre camponeses, estudantes, trabalhadores e intelectuais.

As propostas de reformas são formuladas conforme os ideais nacionalistas e as inspirações da esquerda na época. Os anseios de uma parte significativa da população brasileira começam a erguer a voz pedindo reforma agrária, uma nova estrutura educacional, regulamentação da remessa de capital estrangeiro. No entanto, o Comando das Forças Armadas, as elites nacionais, as forças que representavam o capital estrangeiro consideravam tais reivindicações inviáveis.

As parcelas opositoras da população ao Governo de Goulart, os partidos de direita (Partido Social Democrata, União Democrática Nacional) e parte da igreja católica promoveram uma ampla campanha de acusação ao presidente por suas tendências comunistas.

Inicialmente, a igreja católica apoiou o golpe de estado, especialmente sua hierarquia, organizando inclusive as marchas da família com Deus pela liberdade, que foram amplamente noticiadas e tiveram grande impacto com a campanha anticomunista, junto à maioria da população.

Em uma situação de grande tensão política, os militares sentiram-se preparados para o golpe de estado, visto possuírem o apoio dos Estados Unidos e serem "estimulados abertamente pela CIA" (Arns, 1985, p.58), agência central de inteligência americana, além de uma parcela expressiva da população brasileira.

Consumado o golpe, o Comando Militar das Forças Armadas empossou como presidente, por um período provisório de 18 meses, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, que encaminhou propostas econômicas beneficiárias do capital estrangeiro, contrariando frontalmente os setores nacionalistas e populares (esclarecendo que o próprio regime pôs em prática uma visão nacionalista militar).

A partir de então, o golpe de estado serviu como ato protocolar de uma nova administração que se instalava no país, instituindo-se como uma "Revolução (...) legítima por si mesma" (Ato Institucional - 9.4.64. In: Arns, 1985, p.61), tendo com responsabilidade transformar o país em uma grande potência modernizada, conduzindo ao desenvolvimento de um capitalismo selvagem e excludente, em que o Estado utilizou-se da força para oprimir e reprimir todos os indivíduos que a ele se opusessem.

O caráter provisório do movimento militar encerrou-se com a edição do Ato Institucional n.º 2, em 31 de Outubro de 1965, pelo qual "não se disse que a revolução foi, mas que é e continuará" (Ato Institucional n.º 2. In: Arns, 1985, p.61). A partir desse momento, as promessas de abertura política e saída dos militares do poder, permaneceram no cenário político nacional até a década de 80.

É perceptível a existência de um processo de polarização, tanto na sociedade civil como na igreja católica. Esta assim dividiu-se: de um lado ala moderada e conservadora, com uma ação social de caráter assistencialista; de outro lado, como a igreja dos pobres, que assume e se posiciona em relação à luta de classes, afirmando que "negar o fato da luta de classes é, em realidade tomar partido em favor dos setores dominantes" (Gutierrez Apud Löwy, 1991, p.97).

Com a implantação da linha dura pelos militares, intensificaram-se as perseguições e torturas aos componentes dos movimentos populares, das organizações estudantis, dos movimentos contestatórios, sindicatos, ligas camponesas, partidos de esquerda e todos quanto se opusessem ao regime.

Nesse momento podemos observar uma parte da igreja católica que foi imprescindível à parcela da sociedade que se

opôs ao regime militar, servindo como forma de "resistência civil à opressão dos aparatos policiais e militares do estado" (Singer e Brant, 1983, p.59).

É importante destacar que o envolvimento da igreja católica no movimentos de contestação ocorre de maneira direta e indireta, como exemplos temos a igreja do ABC paulista em que o bispo da Diocese de Santo André, Cláudio Hummes, em seus discursos declara uma postura pública contra o regime militar e colocou a disposição do Sindicato dos Metalúrgicos a estrutura física das paróquias para realização das assembleias e reuniões no final dos anos 70 e ainda a declaração dos bispos brasileiros reunidos na XII Conferência da CNBB em 1973, que deixou clara a insatisfação e a sua oposição ao caráter explosivo que a repressão militar instaurava. "A igreja não subestima a necessidade de tranquilidade e ordem pública, (...) mas se os meios são desumanos, constituem um preço que nenhum governo pode pagar sem aceitar sua autodestruição" (Krischke, 1979, p.72).

Löwy considera a igreja católica "como a principal adversária da ditadura" (Löwy, 1991, p.55), acusada pelos militares de subversiva, inspirada no marxismo e opositora do progresso e da modernização.

Ao contrário dessa perspectiva temos também parte da igreja católica que representa classes sociais "abastadas", consequentemente esta outra ala de perfil conservador diferencia-se da "igreja dos pobres". São claras e inúmeras tais diferenças oriundas das parcelas populacionais que as formam.

Assim podemos observar que a igreja nunca será de um todo popular e libertadora, pois "carrega em si como um

precioso legado de seu próprio passado” (Romano, 1979, p.251), que mantém a busca da “normalidade”, avesso da “desordem” que alas populares e progressistas articulam dentro e fora da sua estrutura institucional.

Dessa forma a igreja “não deixa (...) de legitimar a apropriação privada quando esta é assegurada pela família e pela cosmovisão cristã” (Romano, 1979, p.252).

De uma maneira conclusiva, utilizando-se da análise de Romano, por mais que parte da igreja católica promova e preconize reformas, estará buscando amenizar as expropriações do sistema capitalista, tentando estabelecer limites suportáveis aos dominados em relação a exploração capitalista, deixando claro a sua postura reformista.

Dessa forma as perspectivas divergentes da igreja católica chegam a uma certa convergência auto-imposta, que no seu limite pensa em integrar a maioria das pessoas ao sistema capitalista, buscando a promoção de pequenos proprietários rurais, a diminuição da exploração e da marginalização social, permitindo que a maior parcela da população, trabalhadores, “participe do desenvolvimento econômico” (Romano, 1979, p.253).

LANZA, Fábio. The Perspectives of Catholic Church in Military Regime (1964–1985). *Ensaio de História*, Franca, v.2, n.2, p.71–79, 1997.

ABSTRACT: The article brings points about the history of Catholic Church in Brazil in a recent period, adding and contributing to the tematics about military regime and Catholic Church. The analysis about the different perspectives of the Catholic Church in the period (1964–

1985) lead to the conclusion that there is self ordered conversence.

KEYWORDS: Catholic church, military regime, dictatorship, politics.

Referências Bibliográficas:

- ARNS, P.E. (Org.). Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CAMARGO, C.P.F. de, PIERUCCI, A.F. de O., CARDOSO, R. Comunidades eclesiais. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v.1, n.2, p.49–58, abr/1982.
- KRISCHE, P.J. A igreja e as crises políticas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LÖWY, M. Marxismo e teologia da libertação. Trad. M.V. Baptista. São Paulo: Cortez, 1991.
- MARTINS, H.T. de S. Igreja e movimento operário no ABC, 1954–1975. São Caetano do Sul: Hucitec, 1994.
- ROMANO, R. Brasil: Igreja contra Estado. São Paulo: Kairós, 1979.
- SINGER, P., BRANT, V.C. São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes, 1983.
- VALENTE, A.L.E.F. O negro e a igreja católica: o espaço concedido, um espaço reivindicado. Campo Grande: Cecitec/UFMS, 1994.

FALN: A ESQUERDA EM ARMAS

Marcelo BOTOSSO*
Márcia Pereira da SILVA**

RESUMO: Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) é a denominação de um grupo de militantes da esquerda brasileira criado em Ribeirão Preto após o “racha” sofrido no comitê municipal do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A FALN visava a derrubada violenta da ditadura instaurada em 64 e a mudança do regime capitalista para o socialista.

UNITERMOS: guerrilha, socialismo, ditadura militar, Ribeirão Preto, revolução.

Antes de descrever as atividades desempenhadas pela FALN é preciso retroceder cronologicamente, no intuito de compreender o contexto social e político no qual surgiu e deu frutos.

Os anos que precederam 1960 foram marcados por intenso crescimento econômico. Por volta de 1945 fracassaram os regimes totalitários que predominavam na

* Graduando em História, bolsista FAPESP/IC. Orientador: Héctor L. Saint-Pierre.

** Mestranda em História. Orientadora: Ida Lewkowicz.

Europa e, no Brasil, chegavam ao fim os quinze anos de poder de Vargas (Gorender, 1987). O tempo em que governou Getúlio Vargas foi marcado pelo autoritarismo, são os anos conhecidos como estado novo. Durante esse período, industriais e proprietários agrícolas procuravam agir em parceria. No entanto, “a convergência de interesses não se dissolveu em identidade de interesses” (Dreifuss, 1987, p.22). Dessa forma, o estado novo agiu como intermediário das relações desses dois grupos: “Foi esse elemento de competição mútua que tornou possível, e até mesmo necessário, que o aparelho burocrático-militar do estado novo tivesse um papel intermediário, o que favoreceu uma interferência contínua das forças armadas na vida política da nação” (Dreifuss, 1987, p.22).

Em 1945, o próprio Getúlio Vargas estimulou a criação do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) de base sindical e o PSD (Partido Social Democrata) que reuniu industriais de São Paulo e chefes políticos oligárquicos conhecidos nacionalmente como coronéis. Na mesma oportunidade, a oposição direitista criaria a UDN (União Democrática Nacional), marcada por posições anticomunistas.

As eleições nacionais foram marcadas para dezembro de 1945, das quais saiu eleito o Marechal Eurico Gaspar Dutra pelo PSD, contando com o apoio do PTB. Juntamente com a UDN, que havia lançado a candidatura de Brigadeiro Eduardo Gomes, foram derrotadas as oposições anti-varguistas e anti-populistas.

Segundo Dreifuss, populismo foi o nome genérico atribuído a uma nova “fórmula nacional de ‘desenvolvimento’ que tentava estabelecer uma hegemonia burguesa a partir de meados da década de 40”. Com o populismo, o estado buscava

manter sob controle a crescente mobilização política das massas urbanas nacionais. Para tanto contava com uma estrutura sindical controlada e com o apoio institucional do PSD e do PTB (Dreifuss, 1987, p.27).

Uma das principais características do populismo, e também uma de suas necessidades, estava na figura do político-profissional; seu sucesso estava diretamente vinculado à sua capacidade carismática de ser apontado pela população como representante legítimo e desejado.

“Embora o Marechal Eurico Gaspar Dutra tivesse sido eleito pelas máquinas políticas do PSD e do PTB e tivesse sido apoiado por Getúlio Vargas, ele mostrou logo de início que suas idéias diferiam grandemente de seu predecessor, principalmente no que dizia respeito às suas posições quanto ao nacionalismo e à participação das classes trabalhadoras” (Dreifuss, 1987, p.28).

Nas eleições de 1950, Getúlio retornaria ao poder. Dessa vez, ficaria por menor tempo. Derrotado em 1954, Getúlio Vargas não renunciou e suicidou-se.

Dentro do contexto mundial, uma onda de liberdade tomou conta dos anseios gerais colocando a democracia na ordem do dia. Era a hora e a vez de líderes carismáticos que conquistavam a opinião pública da grande massa de homens que migravam do campo para as cidades de todo interior brasileiro. Os partidos políticos proliferaram por meio de várias siglas que apareciam freqüentemente; o populismo teve seus dias de glória no governo do país.

Seguiu-se um breve período governamental de Café Filho, para logo depois chegar ao poder Juscelino Kubitschek e João Goulart. Enquanto o primeiro adotou o desenvolvimento acelerado, o conhecido “50 anos em 5” no

plano de metas de 1956 à 1961, João Goulart era identificado como líder populista e herdeiro de Getúlio. O populismo ainda caracterizava-se pela “tentativa de abafar o aparecimento de organizações autônomas da classe trabalhadora” (Dreifuss, 1987, p.36). Ainda havia restrições acerca do sindicalismo independente e o Partido Comunista continuava na ilegalidade (Dreifuss, 1987, p.36).

Apesar do conflito de interesses, a industrialização brasileira crescia em larga escala, fato que entusiasmava setores da sociedade nacional. A popularidade dos líderes governamentais era bem articulada por uma intensa campanha publicitária.

O governo de Juscelino chegou ao fim. Nas novas eleições, a UDN conseguiu eleger para a presidência Jânio Quadros, mas a vice-presidência ficou com João Goulart.

O maior problema do governo de Jânio Quadros foi agradar às forças populares que aumentavam com a industrialização e o crescente inchaço das cidades. Em 1961, Jânio renunciou, começando um período de conflitos entre os que apoiavam a posse de João Goulart e àqueles que diziam ver no vice uma séria ameaça comunista. Ao renunciar, Jânio não foi, como esperava, aclamado e reconduzido ao poder pelas massas. O país se viu num impasse, já que os militares se opuseram à posse de Jango.

A partir de então, o país assistiu à ascensão e à queda de regimes políticos: o parlamentarismo vigorou no Brasil desde o fim de 1961 até 1963, ano em que foi restabelecido o presidencialismo, até 1964, quando um golpe militar depôs Jango e impôs um longo período de generais-presidentes. Com a queda de João Goulart pelo golpe de 1964, a liderança populista chegaria, na visão de Jacob Gorender, ao fracasso

definitivo.

A crise no governo era evidente. Para verificá-la basta atentar para o fato de que em um único período presidencial (1961 a 1965) três nomes alternaram-se no poder: Jânio Quadros (que renunciou), João Goulart (que empreendeu grande luta para assumir o cargo) e Castelo Branco (que chegou à presidência em nome da ditadura militar instalada em 1964).

Em meio a esse cenário político-administrativo a década de 1960 está imersa em uma atmosfera de romance e contestação. É a fase de ouro da bossa nova, do cinema-novo, do teatro de arena, da arquitetura de Brasília. Época marcada por uma abrangente tentativa de renovação e democracia no Brasil.

“Sem dúvida nenhuma, com certa marca de populismo e de otimismo ingênuo, um impressionante impulso intelectual acompanhou o maior movimento de massas da história brasileira” (Gorender, 1987, p.48).

A agitação social de vários setores era tão inédita que muitos autores chegam a falar em situação pré-revolucionária, colocando a revolução social como iminente no país. A euforia do início da década de 1960 foi descrita de forma peculiar por Dênis de Moraes na obra *A Esquerda e o Golpe de 64*:

“O Brasil do vídeo brindava a uma espécie de triunfalismo nacional. Vocês se esqueceram dos títulos conquistados, em curto espaço, pela seleção brasileira de futebol em 1958 e 1962, pelas demolidoras ‘pegadas’ de esquerda do ‘galinho de ouro’ Éder Jofre, pela raquete afiada de Maria Ester Bueno, pelo comovente *O Pagador de Promessas* em Cannes, pelas curvas estonteantes de Adalgisa

Colombo ou, melhor ainda, da gaúcha Ieda Maria Vargas, Miss Universo de 1963?

Juscelino Kubitschek não tinha feito '50 anos em 5'? Os Fuscas, Simcas, Dauphines e Aero Willys que fabricávamos não substituíam os velhos Hudsons e Bucks importados?

Mas o grande feito do Brasil do vídeo, como assinala Roberto Schwarz, era o de ter se tornado irreconhecivelmente inteligente." (Moraes, 1989, p.23).

Na primeira metade dos anos 60 até mesmo a política brasileira parecia fugir dos limites do parlamento. Era discutida nas ruas. Mesmo setores expressivos da igreja Católica mostravam-se sensíveis às possibilidades de transformações sociais. Havia, além de padres e bispos, as organizações laicas da Igreja: Juventude Estudantil Católica, Juventude Operária Católica, Ação Católica e a Juventude Universitária Católica – JUC, que se tornaria mais conhecida popularmente.

A ditadura militar instaurada em 1964 coibiu o florescimento político e cultural da sociedade brasileira. Para Florestan Fernandes, o golpe representa uma espécie de contra-revolução que nada mais é que uma resposta da elite à possível revolução democrática que se estruturava. Desta forma o golpe militar caracteriza-se pela contra-revolução preventiva das classes dominantes e imperialistas que teriam toda razão de se sentirem ameaçadas.

"No final de 63, as classes dominantes tiveram clara percepção da ameaça aos seus privilégios e a eliminaram pela força armada, violando a ordem constitucional que elas próprias haviam instituído." (Gorender, 1987, p.28).

Neste contexto, os militares, que faziam intervenções

efetivas relativamente rápidas no cenário administrativo nacional, vieram para ficar.

Barrados no apogeu de sua participação político-social, jovens artistas, universitários e intelectuais de todo o mundo viram-se incentivados a participarem de movimentos pelas reformas políticas. As formas de manifestação alternavam-se entre passeatas, discursos e produção artística: música, teatro, filmes e poesias. Focos de insatisfação pipocavam por toda parte revelando aspirações por mudanças. Em muitos lugares levantava-se bandeiras e enfrentava-se a polícia. No Brasil, a esquerda brasileira, depois do golpe de 1964, dividiu-se em inúmeras siglas e tendências na tentativa de opor-se a ditadura instaurada. Não concordando com a linha pacifista adotada pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), muitos deixaram o partido optando pela via armada.

Entre eles estava Vanderley Caixe, estudante de direito em Ribeirão Preto que, juntamente com Silvio Rêgo Rangel, Nanci Marietto e outros membros também dissidentes, criaram a FLN (Frente de Libertação Nacional) que, posteriormente, se denominaria, Forças Armadas de Libertação Nacional. A FALN, com a opção pela luta armada, foi mais uma materialização do pensamento descrito, já em 1965, por Marighella, quando o mesmo alerta para a exaustão dos canais da luta política pacífica:

"Os brasileiros estão diante de uma alternativa. Ou resistem à situação criada com o golpe de 1o. de abril ou se conformam com ele. O conformismo é a morte. No mínimo, viver de joelho. Sofrer humilhações sem fim" (Marighella, 1994, p.84).

Ramificando-se por várias cidades da região de

Ribeirão Preto, a FALN, difundia sua ideologia por meio de pichações e panfletos que conclamavam a população a aderir à luta revolucionária. Jacob Gorender reconheceu esse trabalho de divulgação referindo-se ao jornal O Berro que circulou até meados de 1969.

Em Ribeirão Preto bombas explodiram. No Mercado Municipal Campos Elíseos, no Quartel da Polícia Militar e nos cinemas o grupo instalou algumas delas recheada de panfletos que manifestavam repúdio ao assassinato do guerrilheiro Ernesto "Che" Guevara, morto em cativeiro por soldados bolivianos em 8 de outubro de 1967.

Por volta de 1969, na zona rural do município, instalaram campos de treinamento dos comandos do "Exército Popular de Libertação Nacional", cuja liderança cabia a Mário Bugliani. Apesar do consenso da grande maioria das esquerdas armadas em implantar a guerrilha no meio rural, poucas chegaram a agir nesse sentido, sendo a FALN, segundo Marcelo Ridenti, a organização que mais se destacou por percentual de lavradores processados: "Nota-se que três organizações destacaram-se por um número absoluto e percentual um pouco mais elevado de lavradores processados: AP (17 lavradores; 4,2% de seus denunciados), VAR-Palmares (16 lavradores; 6,6%) e as FALN (9; 22%)" (Ridenti, 1994, p.222).

Além de lavradores, o grupo contava com elevado número de jovens em sua formação organizacional, predominando os estudantes secundaristas. Soma-se aos mesmos estudantes, universitários ou graduados. É o caso de Áurea Moretti que, na condição de estudante de enfermagem, além de agente de saúde do grupo, era encarregada de conseguir contribuições, tais como roupas, calçados e

dinheiro. O responsável pela estratégia das operações era Caixe, seguido por Luiz Gonzaga da Silva, José Ivo Vanuchi e Mário Lorenzato, segundo informações do processo no qual foram indiciados os envolvidos.

Outra das atividades protagonizadas pelo grupo ocorreu na madrugada do dia 13 de outubro de 1969, quando, dirigidos por Caixe, invadiram a pedreira da prefeitura municipal levando 15kg de dinamite, 750m de estopim e 50 espoletas. Posteriormente, a polícia encontrou os planos relativos à ação na pedreira em um dos "aparelhos" da organização. Outro "aparelho" encontrado pela repressão foi o Lar Santana, instituição religiosa dirigida pela madre superiora Maurina Borges da Silveira, que ao ser considerada cúmplice, foi presa e barbaramente torturada. Este fato provocou a excomunhão de dois delegados do DOPS de Ribeirão Preto, Miguel Lamano e Renato Ribeiro Soares, configurando o único caso de protesto do alto comando clerical em oposição a repressão governamental registrado no período.

Outro local utilizado pela FALN, localizado pelos agentes oficiais, foi a fazenda Boa Vista, apontada como um dos campos de treinamento, onde foram encontradas armas e munições.

No dia 18 de outubro de 1969, data planejada para o seqüestro de uma pessoa influente na sociedade ribeirãopretana, posteriormente apontada como sendo membro da família Marchesi, Mário Bugliani e mais três companheiros foram presos, dando início ao ciclo de prisões e ao desmantelamento da organização. Nos interrogatórios, os oficiais da justiça, auxiliados pelas anotações apreendidas, iam colhendo vários nomes que, quando interrogados, levavam a outros e assim por diante. É o chamado "efeito

cascata”.

O grupo “caia”, os contatos acabavam e os jovens militantes, semelhante ao que ocorreu em todo o Brasil, foram vendo ruir sonhos que alimentaram durante muito tempo. A maioria dos integrantes da FALN foram detidos e presos, por tempo variado. Jacob Gorender refere-se a eles quando narra sua experiência no Presídio Tiradentes. Diz que ali encontrou velhos amigos, mas que a maioria das pessoas na cela fazia parte da FALN. Como a organização distribuía exemplares do periódico O Berro, o autor afirma que “a polícia misturou de cambulhada assinantes do jornal com militantes ativistas, o que ampliou o círculo de supostos implicados após as primeiras prisões no final de 69” (Gorender, 1987, p.220).

Certamente, foi através da constante ameaça e do terror que os oficiais conseguiram sufocar as atividades que julgavam subversivas. Como aqueles que esperam pela calmaria após passar o vendaval, os protagonistas dessa história forçosamente procuraram algum meio de adequar-se à ordem vigente. Ao dedicarem-se à carreira profissional, era preciso encontrar formas de ajuste com o passado. Vanderley Caixe, por exemplo, na condição de advogado, atualmente auxilia juridicamente presos políticos internacionais por meio de uma ONG (organização não governamental). Em depoimento completa: “Essa foi uma forma que a gente encontrou de continuar na luta.”

BOTOSSO, Marcelo, SILVA, Márcia Pereira da. FALN: The Left Side In Arms. Ensaio de História, Franca, v.2, n.2, p.81– 92, 1997.

ABSTRACT: Armies of National Liberation (FALN) is the name of the actives members of Brazilian left side created at Ribeirão Preto after the “crack” suffered in municipal committee of Brazilian Communist Party (PCB). The FALN aimed a violent “contre-coupe” against the dictatorship, instituted in 64 and changing from capitalist regime to the socialist.

KEYWORDS: Warfare, socialism, military dictatorship, Ribeirão Preto, revolution.

Fontes

Escritas

Arquivo Histórico Municipal de Franca

- Processo Superior Tribunal Militar numeração 198/69: volumes 1 ao 10.

Entrevista

- Vanderley Caixe

Referências Bibliográficas

DREIFUSS, R.A. 1964: a conquista do estado. Ação, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.
FERNANDES, F. O que é revolução. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Primeiros Passos).

- GORENDER, J. Combate nas trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada. 3.ed. São Paulo: Ática, 1987.
- KLEIN, L., FIGUEIREDO, M. Legitimidade e coação no Brasil pós-64. Rio de Janeiro: F.U., 1978. (Brasil: Análise e Crítica).
- MARIGHELLA, C. Por que resisti à prisão. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MORAES, de. A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois as forças populares repensavam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- RIDENTI, M. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: UNESP, 1994.
- SILVA, H. 1964: golpe ou contra golpe? Porto Alegre: L&PM, 1978.
- VELHO, O.G. Processos sociais no Brasil pós-64. In: ALMEIDA, M.H.R. Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.240-261.

LUTA OPERÁRIA E RESSURGIMENTO GREVISTA: AS GREVES DE MAIO DE 1978

Tito Flávio Bellini Nogueira de OLIVEIRA*

RESUMO: O presente artigo pretende discutir o processo de ressurgimento grevista no ABC, enfocando as greves de maio de 1978 e apresentando um cenário geral do nosso processo de industrialização.

UNITERMOS: Movimento operário, greves, sindicalismo, industrialização, capitalismo.

O Brasil viveu um processo de industrialização hipertardio iniciado no pós-30, muito embora com surtos anteriores que não se consolidaram, e não conseguiu romper com os pólos hegemônicos da economia internacional, mantendo-se subordinado ao capitalismo monopolista. O processo de transição da acumulação mercantil para a acumulação da grande indústria efetivou a subordinação real do trabalho ao capital.

O movimento operário no Brasil pode ser dividido em dois momentos. Num primeiro, quando tem início o processo de formação do proletariado a partir do final do século

* Graduando em História, bolsista FAPESP/IC. Orientador: Teresa M. Malatian.

passado com pequenos surtos industriais. Foi quando surgiram os primeiros sindicatos e associações de trabalhadores. Ocorreram tentativas de unidade sindical nesse período, porém não foram bem sucedidas. A repressão já era empregada constantemente pelo Estado e pela classe patronal. O número de operários era relativamente baixo sendo que as lideranças anarquistas não queriam constituir partidos e os socialistas estavam rachados, alguns ligados aos anarquistas e outros influenciados pelo movimento social-democrata internacional.

Em outra fase, Getúlio Vargas foi o precursor do atrelamento total do sindicato ao estado, durante o estado novo. Na história sindical coexistiam, até 1935, sindicatos livres e sindicatos oficiais, quando, após 1935, o estado passou a reconhecer como legais apenas os oficiais. A partir de 1943, com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) os sindicatos foram definitivamente subjugados pelo estado.

O golpe de 64, amparado na campanha anticomunista e num ideário moralista e religioso ou liberal oligárquico, representou a derrota de Goulart e das forças nacional-reformistas. Isto provocou o surgimento de um estado bonapartista controlado pelos militares e representante maior do capital monopolista e do setor financeiro internacional e de setores ligados ao latifúndio tradicional e moderno e ao capital industrial, comercial e financeiro.

“O bonapartismo tem uma dimensão universalizante que transcende a singularidade francesa. Além de ser expressão deste fenômeno histórico concreto, (...) o bonapartismo é, paralelamente, sistematicamente pensado por Marx e Engels, não simplesmente como uma forma concreta do Estado capitalista, mas como um traço teórico constitutivo

do próprio tipo capitalista do Estado (...) o bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia moderna. Vejo cada vez mais que a burguesia não foi feita para reinar diretamente; por consequência (...) uma semiditadura bonapartista torna-se a forma normal; ela tem nas suas mãos (...) os grandes interesses da burguesia (contra a burguesia, se necessário), mas não lhe deixa parte alguma na dominação.” (Poulantzas apud Antunes, 1992, p.116).

“A implementação do processo de internacionalização da economia brasileira, iniciada fundamentalmente após a II Guerra Mundial e acelerada a partir da segunda metade da década de 50, após 1964, voltou-se principalmente para a consolidação de uma economia agrário-exportadora, tendo como base a efetivação de um desenvolvimento dependente, iniciado com a industrialização por substituição de importações.” (Costa, 1995, p.26).

Neste momento o governo trocou a estabilidade pelo FGTS, restringiu o direito à greve (Lei n.º 4.330), sindicatos sofreram intervenções e o estado passou a definir os índices de aumento salariais, adotando uma política de atração do capital externo, com corte nos gastos públicos, reforma tributária e incentivos ao investimento do capital estrangeiro.

“Na indústria automobilística a repressão começa a existir após o golpe de 1964, em decorrência das mudanças na ordem política e na formação do “complexo militar-industrial” entre nós, quando as grandes empresas estrangeiras começaram a atrair para seus quadros, militares aposentados influentes. Mas é somente a partir de 1970 que a segurança industrial (...) passa a utilizar uma repressão aberta, nitidamente policialesca.” (Frederico, 1979, p.139).

Ocorre um grande surto industrial no período entre

1968 e 1973, conhecido como “milagre econômico”, porém sem bases sólidas que o sustentassem por longo tempo e garantisse o desenvolvimento de outros setores produtivos que viessem a romper com a subordinação vivida pelo nosso capitalismo.

“A expansão econômica do pós-68, baseou-se (...) nos seguintes elementos: 1. uma demanda interna por bens duráveis de consumo em expansão, graças à concentração de renda e a mecanismos financeiros que permitiram a ampliação do crédito ao consumo; 2. uma demanda externa em expansão graças à liberalização do comércio internacional e ao subsidiamento das exportações; 3. forte injeção de recursos do exterior.” (Singer, 1976, p.102).

A superexploração do trabalho e o arrocho salarial são políticas adotadas com o intuito de aumentar a rentabilidade dos setores industriais vinculados ao capital monopolista exterior e em crescimento no Brasil (segundo o DIEESE, de 1959 a 1978 o salário real perdeu 49,8% de seu valor real). Na agricultura, a modernização expulsou o homem do campo, levando-o à periferia das cidades.

A partir de 1973 a crise mundial do petróleo gerou uma crise internacional que expôs o esgotamento do modelo econômico brasileiro celebrado pelo “milagre econômico” e aprofundou a recessão. O déficit da balança era suprido com o capital financeiro internacional, gerando um endividamento crescente para o capital privado nacional e para o capital estatal.

O Estado não supria mais as necessidades da burguesia internacional e nacional, cabendo então um rearranjo do bloco no poder como forma de buscar alternativas que não prejudicassem ainda mais a burguesia

monopolista dominante.

A maior consequência deste quadro é o processo de distensão instituído por Geisel em 1975, transição esta dirigida e limitada pelo governo, que realizou algumas reformas institucionais (anistia e reformulação partidária), mas manteve o aparato repressivo. São dadas as condições necessárias para a retomada do movimento operário e sindical.

A auto-reforma implementada durante a distensão não atingiu os resultados esperados devido ao agravamento da crise mundial, à política do FMI e ao crescimento da insatisfação e da luta popular e das oposições contra essa diretriz.

“Em agosto de 1976, a imprensa divulga um relatório do Banco Mundial que acusa o governo brasileiro e o então Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, de haverem falsificado, através de nebulosas fórmulas matemáticas, os índices inflacionários, provocando significativa perda salarial aos trabalhadores em 1973. Essa extorsão chega ao índice de 34,1%, que, conforme a política salarial em vigor, deveria ser repassado aos salários, sob a forma de reajuste. A reação e a mobilização que os trabalhadores desencadearam, a partir de 1978, demonstra que os verdadeiros responsáveis pela produção do milagre não mais continuariam, enquanto classe, submetendo-se à violenta exploração do pós-64, nem continuariam arcando com todo o ônus da crise econômica.” (Costa, 1995, p.31).

A greve dos “braços cruzados, máquinas paradas”, iniciada na fábrica da Scania Vabis em 12 de maio de 1978, gerou uma grande reação em cadeia à qual aderem outros metalúrgicos do ABC, operários de São Paulo e de cidades ao redor. A greve, iniciada na Scania Vabis, serviu de detonador

para o movimento paredista mais amplo do pós-64. As greves de maio, como ficaram conhecidas, atingiram quinhentos mil trabalhadores. Primeiramente ela atinge a metalurgia automobilística do ABC paulista, expandindo-se para outras categorias, como setores assalariados médios, e outras regiões do país.

O operariado liderado por Lula conquistou o setor automobilístico de S. Bernardo com o “novo sindicalismo”. “Depois de muitos anos de resistência, e ainda sob a vigência da ditadura militar, o movimento sindical brasileiro, em pleno início dos anos 80, dava uma salto qualitativo importante em busca da constituição da sua central sindical. Basicamente, duas grandes tendências confluíram nesta ação: de um lado o novo sindicalismo nascente em meados dos anos 70 e que, atuando por dentro da estrutura sindical, pouco a pouco foi iniciando um lento processo de mudança e transformação desta mesma estrutura sindical atrelada. O caso exemplar, que marcou a história sindical do país, e que por isso simboliza esta tendência, foi dado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo, com Lula à frente (...) De outro lado, num trabalho árduo e persistente, nas situações mais adversas, vinham as oposições sindicais, mais refratárias à ação por dentro da estrutura sindical, e que traziam como bandeira central a luta pelo organismo de base, especialmente pelas comissões de fábrica, independentes da estrutura sindical. De um lado, no universo do novo sindicalismo, encontravam-se aqueles que, em sua maioria, desprovidos de militância política anterior, nasciam como sindicalistas na sua ação concreta. Neste pólo aliaram-se, num primeiro momento, sindicalistas vinculados à esquerda tradicional, especialmente ao PCB, e até mesmo alguns segmentos vinculados ao peleguismo sindical, que

buscavam ‘modernizar-se’. No outro pólo, no universo das oposições sindicais, maior era a presença de ex-militantes da esquerda organizada, em especial dos inúmeros agrupamentos existentes na viragem dos anos 1960/70 no Brasil, além de um contingente expressivo oriundo da esquerda católica. Se o Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo é um exemplo típico do novo sindicalismo, a Oposição Metalúrgica de São Paulo talvez seja o melhor exemplo da segunda corrente, a das oposições sindicais.” (Antunes, 1991, p.29).

Em outros lugares a vanguarda estava ligada às pastorais operárias. Sobre as greves do ABC, iniciadas em 1978, um trabalhador redigiu um texto com apontamentos interessantes:

“Para nós as greves atuais começaram na luta pelos 34,1%. Quem viveu de perto e de dentro este movimento sabe disto. Foi ali que se levantou a bandeira do sindicalismo combativo. Foi neste momento que começou de forma mais decisiva a se alastrar um clima de descontentamento.” (Frederico, 1979, p.121).

É importante destacar que a maioria dos trabalhadores estavam insatisfeitos com as diretorias sindicais que se sucediam no Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo. Nesse contexto, Lula e um setor de pessoas agrupado ao seu redor conseguem uma mudança na orientação do sindicato. Ele, que surgiu com as “oposições sindicais” e chegou a compor uma diretoria com moderados e conciliadores, junto com seu grupo, conseguiu, posteriormente, o distanciamento desses elementos sindicais. A greve de 78 foi o pontapé inicial para a transformação do sindicato, quando quatro diretores abandonaram o movimento grevista e renunciaram, sendo

substituídos por elementos mais combativos.

“A greve tinha sido uma engenhosidade da espontaneidade operária. Sem vislumbrar outra alternativa para a obtenção de suas reivindicações, os metalúrgicos buscaram, através da sua experiência, a opção que poderia reverter a negativa e a intransigência patronal. O próprio sindicato operário que (...) vinha estreitando crescentemente seus laços com as bases e que desde alguns anos desenvolvia como eixo básico de sua ação a luta contra a superexploração do trabalho, até então não houvera participado na preparação e nem na deflagração do movimento da Scania, desconhecendo mesmo sua possibilidade iminente” (Antunes, 1992, p.22).

O sindicato não teve participação direta e, segundo o próprio Lula, não esperava a concretização da greve. Apesar da inexperiência em organização de greves, o novo sindicato foi rapidamente chamado para ser o interlocutor nas negociações com a empresa. Um acordo foi fechado verbalmente e após a volta ao trabalho, não foi cumprido. Tentou-se retomar a greve, mas a Scania já estava preparada para evitar novo movimento.

“Inicialmente, as greves de 1978 tiveram como elemento detonador a luta contra o arrocho salarial. Mas, devido às características básicas do capitalismo dependente brasileiro, à existência de uma estrutura sindical que atrela o sindicato ao estado e à lei antigreve, os movimentos reivindicatórios e grevistas, no fundamental, acabaram por questionar diretamente os próprios mecanismos de sustentação do processo de acumulação capitalista” (Costa, 1995, p.33).

As greves atingiram também outras fábricas do ABC, entre elas a Mercedes e a Ford. Nas negociações entre sindicato patronal e sindicato operário selou-se um acordo de

aumento salarial de 11% para os trabalhadores das indústrias automobilísticas (4% a menos do reivindicado pelo pessoal da Ford). Apesar da decretação da ilegalidade da greve pelo Tribunal Regional do Trabalho, o movimento continuou a se expandir. André Gorz diz que

“a primeira tarefa do movimento operário atualmente consiste em elaborar, através dos trabalhadores, uma estratégia e novos objetivos que unam indissolivelmente a reivindicação salarial, a reivindicação de gestão e a reivindicação de autodeterminação das condições e das relações de trabalho” (Gorz, A. apud Antunes, 1992, p.30).

A afirmação de Gorz, entretanto, pode levar a uma falsa apreensão das greves de maio, que incidiram principalmente contra o arrocho, assumindo um caráter marcadamente político, que questionava a política econômica do governo. O simples fato do ressurgimento das greves foi uma vitória política do operariado.

O movimento de maio teve uma dimensão defensiva e um caráter espontâneo, que apontava para uma tendência de ofensividade confirmada com a Greve Geral do Metalúrgicos de 1979, que contou com uma direção renovada.

Esse espontaneísmo é explicado por Ricardo Antunes pela lógica das greves de maio, ditada pela dura realidade do cotidiano operário e não contando com uma direção que desse conta da elaboração de uma tática e uma estratégia grevista ou que conseguisse impor sua direção à vontade da massa de trabalhadores. Não havia ideação prévia com objetivos e trajetórias pré-determinadas para a realização dos objetivos estabelecidos. Os eventos cotidianos conduziam o movimento

e geravam decisões e definições, surgindo daí as situações de debilidade vividas durante o movimento grevista.

A espontaneidade desse movimento fez com que os eventos cotidianos o conduzissem, gerando decisões e definições, o que também foi um ponto fraco no movimento. O Sindicato deixa claro isto numa nota oficial divulgada no boletim Tribuna Metalúrgica, n.46, em junho de 1978:

“A paralisação é fruto das dificuldades enfrentadas pela classe operária e da intransigência que temos encontrado no seio da classe patronal. As paralisações têm sido espontâneas e atrás delas não há qualquer esquema ideológico ou político” (Antunes, 1992, p.33).

Segundo Antunes, a onda grevista foi espontânea; econômica e política; parcial, mas generalizante; de resistência; defensiva pela luta pela reposição; ofensiva por confrontar a política econômica vigente; e vitoriosa.

“As greves de maio de 1978, desencadeadas pelo operariado da indústria automobilística, significaram, em síntese, o reaparecer do proletariado na cena política. E constituíram-se, por isso, nos eventos mais expressivos e alentadores da história operária brasileira recente. A greve geral metalúrgica desencadeada em 1979 confirmou esta expectativa.” (Antunes, 1992, p.38).

OLIVEIRA, Tito Flávio Bellini Nogueira de. Worker Fight and Striker Renascence: The Strikes of May 1978. Ensaio de História, Franca, v.2, n.2, p.93-103, 1997.

ABSTRACT: This article intend to debate the process of strikers in ABC, focusing the strikes of may 1978 and showing a general panorama of our industrialization process.

KEYWORDS: Workers movement, strike, syndicalism, industrialization, capitalism.

Referências Bibliográficas:

- ANTUNES, R. A rebeldia do trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80). 2.ed. Campinas: Edunicamp, 1992.
- ANTUNES, R. O novo sindicalismo. São Paulo: Brasil-Urgente, 1991.
- COSTA, S. Tendências e centrais sindicais. Goiânia: Anita Garibaldi, 1995.
- DOMINICI, G. Sapateiros em luta. Franca, 1988. Trabalho de Conclusão de Curso - FHDSS, UNESP.
- FREDERICO, C. Crise do socialismo e movimento operário. São Paulo: Cortez, 1994.
- FREDERICO, C. A vanguarda operária. São Paulo: Símbolo, 1979. (Ensaio e Memória, 24).
- IANNI, O. O ABC da classe operária. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SINGER, P. A crise do milagre. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

EXPLICAÇÃO E COMPREENSÃO DA CULTURA EM MALINOWSKI E GEERTZ.

Itamar Teodoro de FARIA*

RESUMO: Propomos articular uma análise comparativa dos discursos teóricos de Malinowski e Geertz, buscando inferir as diferentes fundamentações teórico-metodológicas subjacentes às suas teorias.

UNITERMOS: Cultura, Malinowski, funcionalismo, Geertz, antropologia interpretativa.

Iniciaremos a presente discussão com uma questão proposta por Nestor Canclini que julgamos fundamental às investigações de História da Cultura: “como é possível a construção de um saber que possua validade universal indo além das particularidades de cada cultura sem ser este saber a imposição de padrões de uma cultura a todas as demais” (1983, p.23).

Esta indagação estabelece um problema muito sério para os estudos de cultura, na medida em que questiona sua capacidade de dar a conhecer a cultura enquanto real pleno de sentido em si e nas suas relações, em vez de constituir-se em

* Graduando em História. Orientadora: Dulce M. Pamplona Guimarães.

sobreposição de um conhecimento preso ao formal e, daí, imbuído de uma perigosa generalidade, deturpadora das especificidades próprias a cada complexo cultural.

Se “todas as ciências sociais têm (deveriam ter) por objetivo derradeiro conduzir a consciência do homem a suas condições reais e produzir o saber que permita interromper a sequência das ilusões sucessivas, nefastas e onerosas”, em um divórcio entre conteúdo e forma, ao se apegar a esta última, a ciência “se afasta da ordem das realidades, substituindo-a por uma construção lógica, um edifício complexo de categorias, princípios, noções e conceitos ao qual só se pode ter acesso pela iniciação. A lógica, ligando esses elementos, passa a ser a postulada como a lógica do real; a ordem das coisas importa menos do que a lógica das palavras” (Balandier, 1976, p.13).

Entendemos que os fundamentos teóricos, na condução da prática científica, são sobremaneira importantes, na medida em que estabelecem um norte específico, o qual faz com que determinadas práticas, semelhantes em sua execução mas tributárias de diferentes concepções, tenham também implicações diferenciadas. Ao direcionarmos nossa atenção sobre a prática e os pressupostos teóricos de dois grandes expoentes da história da antropologia, neste século, encontraremos práticas externamente semelhantes, mas que trazem em seu bojo toda uma concepção de ciência e da relação sujeito/objeto profundamente opostas.

Nossa referência diz respeito a Bronislaw Malinowski e Clifford Geertz. Ambos, pesquisadores de campo, locomoveram-se de seus centros “civilizados” e mergulharam em povos geograficamente afastados, culturalmente outros, possuidores de uma relação com a natureza e uma prática social diversa da que eles, egressos do mundo ocidental,

capitalista e industrializado, vivenciavam.

Malinowski (1884–1942), polonês nascido em Cracóvia e naturalizado inglês, estudou os trobriandeses. Geertz (1926), norte-americano nascido em São Francisco, estudou os balineses.

Trobriand e Bali, ilhas do Pacífico. Malinowski e Geertz, antropólogos empreendedores de coletas etnográficas profundamente significativas. Cessam aí as semelhanças.

A semelhança de práticas de coleta de dados, a “observação participante”, esconde uma inversão epistemológica que subjaz o seu trato com o objeto e a construção do saber daí advindo.

Apoiando-se de forma decisiva nas pesquisas de campo, Malinowski realizou trabalhos de campo que demandaram longo tempo e esforço. Com ele “a antropologia se torna uma ‘ciência da alteridade’, que vira as costas ao empreendimento evolucionista de reconstituição das origens da civilização e se dedica ao estudo das lógicas particulares características de cada cultura” (Laplantine, 1991, p.81).

Com raízes ligadas aos nomes de Spencer, Durkheim, Mauss e à tradição francesa de modo geral, as idéias malinowskianas esposarão ideais de um positivismo racionalista, preocupando-se em estudar e explicar cientificamente o funcionamento da cultura num momento determinado.

A “observação participante” que Malinowski desenvolve aponta no sentido de uma rigidez metodológica na coleta de dados, preconizando, como garantia de resultados cientificamente aceitáveis e satisfatórios, o cumprimento à risca de algumas normas:

“Como de costume, sólo obtendremos

resultados satisfatórios si aplicamos paciente y sistemáticamente cierto número de reglas de sentido comum y los principios científicos demostrados, y nunca mediante el descubrimiento de algún atajo que conduzca a los resultados deseados sin esfuerzo ni problemas. Los principios metodológicos pueden agrupar-se bajo tres epígrafes principales; ante todo, el estudioso debe albergar propósitos estrictamente científicos, y conocer las normas y los criterios de la etnografía moderna. En segundo lugar, debe colocarse en buenas condiciones de trabajo, es decir, lo más importante de todo, no vivir con otros blancos sino entre los indígenas.” (Malinowski, 1975, p.23-24).

Para este autor a cultura é entendida como resposta organizada a uma necessidade ou conjunto de necessidades orgânicas, devendo a teoria da cultura embasar-se no fato biológico como ponto de partida fundamental às suas formulações.

Partindo de uma análise sincrônica, onde a reconstrução histórica das sociedades não é indispensável ao seu entendimento, Malinowski buscará a explicação do funcionamento da cultura a partir do relacionamento de seus próprios elementos. E funcionalismo será o nome dado à teoria por ele desenvolvida para explicar a criação da cultura como ambiente secundário, fruto da satisfação de necessidades básicas:

“A análise apenas esboçada, na qual tentamos definir a relação entre uma

realização cultural e uma necessidade humana, básica ou derivada, pode ser denominada funcional. Pois função não pode ser definida de nenhuma outra maneira senão como a satisfação de uma necessidade por uma atividade na qual os seres humanos cooperam, usam artefatos e consomem mercadorias.” (Malinowski, 1962, p.45).

Malinowski embasará sua teoria em alguns axiomas gerais por ele elaborados, quais sejam:

“A- A cultura é essencialmente uma aparelhagem instrumental pela qual o homem é colocado numa posição melhor para lidar com os problemas específicos concretos que se lhe deparam em seu ambiente no curso da satisfação de suas necessidades.

B- É um sistema de objetos, atividades e atitudes, no qual cada parte existe como um meio para um fim.

C- É uma integral na qual os vários elementos são interdependentes.

D- Essas atividades, atitudes e objetos são organizados em torno de tarefas importantes e vitais, em instituições tais como a família, o clã, a comunidade local, a tribo e as equipes organizadas de cooperação econômica, política, legal e atividade educacional.

E- Do ponto de vista dinâmico, ou seja, no tocante ao tipo de atividade, a cultura pode ser analisada numa série de aspectos tais como educação, controle social, economia,

sistemas conhecimento, crença e moralidade, e também modos de expressão criadora e artística” (1962, p.146).

Um conceito fundamental e ponto de partida para a análise do autor de *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* é o de “natureza humana”, que exprime, no seu dizer,

“o determinismo biológico que impõe a toda a civilização e a todos os indivíduos a realização de funções corporais tais como respirar, dormir, repousar, nutrir-se, excretar e reproduzir”; conceito ao qual se soma o de necessidades básicas, definido como “as condições ambientes e biológicas que devem ser preenchidas para a sobrevivência do indivíduo e do grupo” (Malinowski, 1962, p.77).

Apresentamos a seguir dois quadros que buscam explicitar como Malinowski relaciona as “necessidades básicas” às “respostas culturais” (Quadro 1) e o que trata das “necessidades derivadas” (Quadro 2):

Quadro 1 — Relação entre necessidades básicas e respostas culturais.

Necessidades Básicas	Respostas Culturais
1. Metabolismo	1. Aproveitamento
2. Reprodução	2. Parentesco
3. Confortos corporais	3. Abrigo
4. Segurança	4. Proteção
5. Movimento	5. Atividades
6. Crescimento	6. Treinamento
7. Saúde	7. Higiene

(1962, p.91)

Quadro 2 — Necessidades Derivadas

Imperativos	Respostas
1. A aparelhagem cultural de implementos e mercadorias de consumo deve ser produzida, usada, conservada e substituída por nova produção.	1. Economia.
2. O comportamento humano, no tocante aos seus preceitos técnicos, legais costumeiros ou morais deve ser codificado, regulamentado em ação e sanção.	2. Controle Social.
3. O material humano com o qual cada instituição é mantida deve ser renovado, formado, preparado e provido com pleno conhecimento da tradição tribal.	3. Educação.
4. A autoridade dentro de toda instituição deve ser definida, aparelhada com poderes e meios de executar pela força suas ordens.	4. Organização Política.

(1962, p.122)

Outro conceito, essencial à resposta funcional, é o de “organização”, que

“implica um esquema ou estrutura muito definido, do qual os principais fatores são universais, porquanto são aplicáveis a todos os grupos organizados, os quais ainda, na sua forma típica, são universais de um extremo a outro da humanidade”.

A organização humana corresponde às “instituições”, formas onde se dá

“uma concordância sobre uma série de valores tradicionais por força dos quais os homens se reúnem”, implicando também “que esses seres humanos se situam em relação definida uns com os outros e em relação a uma específica parte física de seu ambiente, natural e artificial” (Malinowski, 1962, p.46).

Passemos agora à análise das principais idéias de Geertz.

Influenciado pelo pensamento hermenêutico de pensadores como Dilthey, Ricoeur, Gadamer (Oliveira, 1985, p.198), Geertz vai reintroduzir o tempo nos estudos de cultura operados no seio da antropologia, inaugurando uma corrente denominada antropologia interpretativa.

Essa interiorização do tempo vem significar a aceitação, pelo pesquisador, “de que sua posição histórica jamais é anulada; ao contrário, ela é resgatada como condição de conhecimento. Conhecimento que, abdicando de toda objetividade positivista, realiza-se no próprio ato de ‘tradução’” (Oliveira, 1985, p.199).

A cultura pode ser lida e traduzida porque Geertz a vê como um texto,

“não como um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível —isto é, descritos com densidade” (Geertz, 1978, p.24).

Essa análise que implica em uma descrição densa, não materialmente densa, mas semanticamente densa, “consiste em sua capacidade de diferenciar um reflexo insignificante, uma leve contração muscular ou um relance de olhos, por exemplo, de um recurso comunicativo conscientemente empregado, a piscadela” (Biersack, 1992, p.105).

Com Geertz, que “recupera a concepção de que (1º) o sentido é sempre um sentido-para e, portanto, (2º) compreendê-lo é compreender aquele para quem o

sentido se faz”, temos uma busca de reelaboração do próprio sujeito a partir do objeto. A realização da leitura, sua compreensão, “pressupõe que um campo semântico seja partilhado”, numa partilha onde “o intérprete precisa compreender já dentro do universo significativo do outro” (Azzan Jr., 1993, p.16–17). A relação de conhecimento supõe uma fusão do eu na alteridade com vistas a alcançar, em um exercício comum, os mais íntimos e sutis sentidos que a cultura do outro assume.

O mergulho que Geertz propõe é um modo de entranhar-se do sentido que a cultura assume no objeto, de enxergar por dentro.

Isso difere da forma como um sujeito não participe dessa “teia de significados” vê a cultura. O próprio fundamento racional se relativiza, estará ele mesmo inserido dentro de um ponto de vista, existirá se houver sentido, é racionalidade-para. O sujeito cognoscente não apreende o objeto sob um fundamento universalmente válido, ele o lê, capta-lhe, pela partilha, o seu pulsar e o traduz na ótica do eu que busca situar-se ao nível do universo de conhecimento e de sentido do outro.

O que define o empreendimento da leitura não são as técnicas e os processos determinados,

“o que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco, elaborado para uma ‘descrição densa’ (...)” (Geertz, 1978, p.15).

O caráter relativo da leitura não pode ser perdido de vista, porque

“os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e

terceira mão. (Por definição, somente um 'nativo' faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura). Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são 'algo construído', 'algo modelado' —o sentido original de *fictio*— não que sejam falsas, não fatuais ou apenas experimentos de pensamento" (Geertz, 1978, p.25).

A cultura do outro não é explicada, ela pode ser compreendida. Compreensão que se faz não somente pelo lançar das luzes do intelecto sobre as ações sociais. A compreensão é possível se trazida ao nível da ação concreta. A cultura do outro, para ser entendida, tem de ser praticada, como ele o faz. É essa prática, essa aderência, que permitirá diminuir a intransponível distância existente entre o eu e o outro. Distância que obriga o conhecimento forjado pelo eu conhecedor a estar vinculado e relativizado à sua capacidade de trazer à tona o sentido que o outro dá ao seu fazer, pensar e sentir, à sua cultura.

As oposições entre Malinowski e Geertz nos parecem claras. Malinowski, quebrando toda uma tradição histórico-cultural —representada em antropologia pelo evolucionismo e pelo culturalismo— e instrumentalizando a concepção maussiana das sociedades como totalidades autônomas, postula uma ciência do objeto, objetiva. Uma ciência que se constrói a partir da construção do seu objeto, que o explique, que traga ao conhecimento, de forma "pura", as formas pelas quais o seu objeto é como é, como ele "funciona".

A ciência proposta por Geertz está num polo, se não oposto, ao menos muito distante. Ela assume-se enquanto inter-subjetiva. Não é uma ciência do objeto por ele mesmo, tampouco uma do sujeito cognoscente possuidor de

princípios universais válidos para a compreensão de qualquer complexo cultural. É, antes, um conhecimento surgido da relação do eu que conhece com o outro que se dá a conhecer, é um conhecer partilhado. É a ciência do sujeito que se enxerga enquanto modo de compreensão, é ele o tradutor do outro. A ciência geertziana não é "pura" no sentido de ser apreendida unilateralmente através da revelação do objeto, é o conhecimento extraído da co-autoria eu/outro, erigidos ambos em sujeitos da compreensão.

O "discurso cultural" para Malinowski pode ser lógica e racionalmente explicado. O sistema em que se compõe este discurso permite-lhe extrair uma explicação das culturas a partir da observação do funcionamento e relacionamento de seus elementos constitutivos. Na sua visão, as sociedades são estabelecidas em encadeamentos lógico-funcionais que se permitem, racionalmente, analisar.

O "discurso da cultura" na percepção de Geertz não pode ser explicado, pode, como visto anteriormente, ser lido. Uma leitura feita juntamente ao ato de escrita pelos seus sujeitos.

A compreensão, tradução para o meu universo de inteligibilidade, dá-se na ação, interação com o outro; no seu fazer, que eu partilho, eu compreendo-o.

A densidade que a descrição/tradução da cultura comporta é, além de uma densidade semântica, e por isso mesmo, uma densidade histórica. O sentido da ação cultural é elaborado, concretizado e presenciado historicamente, no tempo. A densidade da leitura está, então, também em dar conta de todo esse caráter remissivo das ações culturais. Não é a ação tão somente aquilo que externamente se mostra ser. Todo ato cultural remete a um universo de significação, no

âmago do qual se produz o seu sentido; sentido para os seus atores. A captação do sentido por parte do investigador resulta do processo de tentativa de colocar-se como sujeito da ação.

A proposta de conhecimento absoluto de Malinowski dissolve-se na procura de um conhecimento relativo, interativo de Geertz. Uma “razão universal”, promotora e ratificadora da proposta de explicação malinowskiana, conforma-se, em Geertz, aos limites de compreensão e percepção do sujeito-indivíduo intelectual.

FARIA, Itamar Teodoro de. Explanation and Understanding of Culture in Malinowski and Geertz. Ensaio de História, Franca, v.2, n.2, p.105-117, 1997.

ABSTRACTS: We purpose articulate a comparative analysis of theoretic speeches of Malinowski and Geertz, aiming to infer different bases of theoretic methodologies in their theories.

UNITERMOS: Culture, Malinowski, functionalism, Geertz, interpretative anthropology.

Referências Bibliográficas

AZZAN Jr., C. Antropologia e interpretação: explicação e compreensão nas antropologias de Lévi-Strauss e Geertz. Campinas: Edunicamp, 1993.

BALANDIER, G. Antropo-lógicas. Trad. de Oswaldo Elias Xidieh. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1976

BIERSACK, A. Saber local, história local: Geertz e além. In: HUNT, L. A nova história cultural. Trad. Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.97-130.

CANCLINI, N.G. As culturas populares no capitalismo. Trad. Cláudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. Trad. Marie-Agnès Chauvel. 5ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MALINOWSKI, B. Los argonautas del Pacífico Occidental. Trad. Antônio J. Desmonts. Barcelona: Península, 1975.

MALINOWSKI, B. Uma teoria científica da cultura. Trad. José Auto. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MELLO, L. G. de. Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas. Petrópolis: Vozes, 1982.

OLIVEIRA, R.C. de. Tempo e tradição: interpretando a antropologia. Anuário Antropológico, v.84, p.191-203, 1985.

FOTOGRAFIA E POSSIBILIDADES DE SUA UTILIZAÇÃO PARA A COMPREENSÃO HISTÓRICA

Rosana Aparecida CINTRA*

RESUMO: O objetivo principal deste artigo é analisar em linhas gerais as características da fotografia que possibilitam sua utilização como documento de investigação na história, atribuindo um valor específico e peculiar à sua linguagem. Deve ser vista como um instrumento presente nas experiências humanas.

UNITERMOS: Fotografia, memória, representação.

Este artigo visa refletir sobre a imagem fotográfica e as possibilidades de sua utilização para a compreensão histórica, distinguindo-se de trabalhos sobre a história da técnica ou da profissão do fotógrafo.

A fotografia mantém em si a relação imagem/observador e que ao ser contemplada desencadeia na memória uma situação única que não se repetirá. Olhar a fotografia implica numa imagem de representação de determinado momento histórico recortado no tempo e espaço, que ao ser produzida exige condições técnicas e necessita de acuidade

* Graduanda em História. Orientadora: Aparecida da Glória Aissar.

perceptiva para ser “lida”.

Os poucos trabalhos existentes que visam a fotografia como fonte de interpretação da História vem estimular o nosso senso crítico de investigação para tratar deste objeto de estudo, analisando e valorizando a especificidade de sua linguagem.

A sociedade vem fazendo uso da fotografia como forma de “congelar” e conservar os momentos únicos que marcam a vida dos indivíduos no seu cotidiano, deixando-se levar pelo mundo das imagens que ditam regras e manipulam comportamentos, muitas vezes convencionais.

Ao serem discutidas as características da imagem fotográfica, fica claro que a fotografia desperta um conjunto de convenções historicamente formadas que permitem florescer essa vontade de colecionar imagens do mundo, para lhes atribuir um poder revelatório.

Desde os tempos glamourosos da pintura, o homem se deslumbrava com o retrato —ver-se através da imagem— despertando o desejo de preservar para sempre um momento e preencher suas necessidades de representação. Com a fotografia, as possibilidades do homem ter diante de si a imagem de um objeto, um momento vivido ou uma paisagem passam a fazer parte do seu cotidiano, principalmente com a reprodutibilidade técnica alcançada com o aperfeiçoamento tecnológico de obtenção da imagem fotográfica num campo cada vez mais sofisticado.

A popularização da fotografia, juntamente com o turismo e o lazer deixaram os retratos ao gosto dos interessados. O instantâneo registrado fez juz ao seu valor e a “captação” da realidade pôde ser favorecida sem muitos disfarces e ambientalização dos antigos estúdios ricos em

artifícios para a representação fotográfica.

A obtenção da imagem fotográfica —a representação— está ligada a objetividade e subjetividade do fotografado e, ou de quem fotografa. A tomada de consciência de estar sendo observado pelo “olhar” técnico da câmara, o papel do fotógrafo (profissional ou não) e o *glamour* da cena para a respectiva pose, atribui à fotografia um caráter quase inocente. Partindo desta reflexão, torna-se mais instigante o trabalho com esta imagem que possui no âmbito interno e externo de sua composição o registro relacionado à ação humana.

“Assim, a pátina do tempo valoriza a fotografia, que se torna mais preciosa com o passar dos anos, no registro de um tempo passado, fixado.” (Moura, 1983, p.119). No entanto, pensar a fotografia como resultado final de uma dada circunstância, exprime sentidos que podem ser transformados em novas imagens que levam o invisível ao domínio do visível.

Atribuir valor de investigação ao contexto em que a imagem está inserida, é buscar a possibilidade de ampliação do universo interpretativo da história.

Compartilhando da reflexão sobre a ideologia no processo de obtenção da fotografia, o historiador ao se ver diante dessa imagem como objeto de análise, teria resultados mais positivos decodificando a imagem e examinando o modo particular em que cada comunidade se utiliza deste instrumento, ao lado dos seus valores e objetivos peculiares em determinada circunstância histórica.

“Nos domínios da figuração automática, o mundo imediato das impressões luminosas passa a ser trabalhado pelo código: isso quer dizer que ao invés de exprimir passivamente

a presença pura e simples das coisas, as câmaras constroem representações, como de resto ocorre em qualquer sistema simbólico. Porém, com uma diferença fundamental, que constitui o alvo principal de nossas investigações: uma vez que a imagem processada tecnicamente se impõe como entidade 'objetiva' e 'transparente', ela aparece dispensar o receptor do esforço da decodificação e do deciframento, fazendo passar por 'natural' e 'universal' o que não passa de uma construção particular e convencional" (Machado, 1984, p.11).

Diante da reflexão crítica sobre a fotografia, pode-se criar sistemas de interpretação que venham dar condições de sua análise como documento complementar riquíssimo para a história.

Trabalhar com a documentação fotográfica implica na passagem de três etapas para a interpretação do conteúdo imagético: olhar – analisar – interpretar. O olhar supõe o primeiro contato com a imagem numa condição rápida, sem a preocupação de identificá-la. Analisar a fotografia é fazer uma leitura dos componentes da imagem de seu respectivo conteúdo e a busca da sua contextualização. Por fim, temos a interpretação que se caracteriza como a ação que depende do meio sócio-cultural e da peculiaridade do observador.

"É nesse estado que se manifesta o caráter polissêmico da fotografia. Quando os leitores fazem parte do mesmo meio sócio-cultural, tendem a fazer a mesma leitura de identificação, mas cada um interpreta da sua forma, em função de sua idade, de seu sexo, de sua profissão e de sua ideologia" (Lima, 1988, p.22).

Portanto, o historiador dispõe de critérios específicos para a exploração da fotografia enquanto documentação

histórica. Entre vários, três merecem destaque: a experiência prática do pesquisador; o conhecimento das imagens fotográficas do período estudado e seus elementos constitutivos, pois, permitem inseri-la no contexto histórico ao qual está inserida e faz parte como representação da realidade.

Segundo uma das tendências que consideram a fotografia como imagem do "real", o documento visual fala por si mesmo e transmite as informações nele contidas. Portanto, esta é uma postura realista que defende a imagem fotográfica como a imanência do real, capaz de carregar o próprio objeto fotografado como se fosse explanação da própria "realidade". Do outro lado, tem-se a crítica a essa postura realista assumida por alguns pensadores, que chama a atenção para o processo ideológico interferente na formação da fotografia como uma construção desejada e organizada.

Contudo, torna-se extremamente importante analisar a fotografia partindo da desconstrução para a reconstrução da imagem, afim de explorar o seu conteúdo informativo para a ampliação do universo interpretativo da história.

O objeto de reflexão aqui proposto ainda não alcançou seu *status* como documento —no sentido tradicional (documento escrito)— e, por isso requer de quem lhe atribui esse valor, um cuidado específico no seu tratamento. É, sempre vista com desconfiança ou restrições, caso contrário é empregada como "ilustração" do conhecimento ou fato.

Em Boris Kossoy, encontramos alguns elementos de relação da pesquisa em história com a fotografia: "A análise iconográfica, no caso da representação fotográfica, situa-se a meio caminho da busca do significado do conteúdo; ver, descrever e constatar não é o suficiente. É este o momento de uma incursão em profundidade na cena representada, que só

será possível se o fragmento visual for compreendido em sua interioridade” (Kossoy, 1989, p.65).

A fotografia reflete e documenta em seu conteúdo não apenas um aspecto estético em sua expressão, mas também uma estética de vida pertencente a um dado contexto social e geográfico, num momento preciso da história. A imagem fotográfica está inserida na história cultural, pois ela faz parte da construção humana. É um meio de comunicação que desperta emoções e está sempre presente na experiência humana.

A documentação fotográfica de família de imigrantes —dada a sua condição (são as fotografias mais difundidas no grupo familiar)— permite o questionamento mais aprofundado do conteúdo e contextualização da imagem fotografada, da forma peculiar de representação, a sua relação com o indivíduo e, portanto, com a história. Os resultados até agora obtidos com essa reflexão são considerados positivos e proporcionam a busca incessante das possibilidades de se utilizar a fotografia como instrumento de compreensão do passado.

As coleções de fotografias de família revestem-se de um valor de culto para os membros do grupo, representando uma época, um *status*, a integração familiar e a atuação de seus membros no universo social. Assim, conservar os fragmentos do cotidiano é preservar através da imagem a memória viva do passado.

Contemplar a imagem fotográfica e difundir o seu significado no grupo é buscar no interior do seu conteúdo os laços familiares de um tempo, que exprime a trajetória de vida familiar como fator preponderante de reafirmação cultural.

Segundo Miriam Leite, “os retratos de família estão

fundamentalmente ligados aos ritos de passagem —aqueles que marcam uma mudança de situação ou troca de categoria social. São tirados em aniversários, batizados, fim de ano, casamentos e enterros. Os retratos passaram rapidamente a fazer parte desses rituais mais amplos, que marcam a passagem de criança a adulto, de solteiro a casado, de vivo a morto. São registros de momentos sacralizados pela alteração do tempo normal e repetitivo. Marcam um intervalo de indefinição social, da transição em que se atravessam fronteiras e limiares, o que lhes confere um caráter ambíguo e uma aura sagrada” (Leite, 1993, p.159).

Contudo, essa temática apresenta características privilegiadas para a leitura da imagem fotográfica e as possibilidades de sua utilização para a interpretação histórica, neste caso, o estudo de famílias de imigrantes.

Mais uma vez, os aspectos questionados até aqui permitem pensar em algumas formas de lidar com esse documento tão pouco explorado. Os procedimentos técnicos sobre o qual foi produzido, o porque e para que a obtenção de tal imagem, o contexto em que está inserida, fazem parte dos elementos que compõem o conteúdo da fotografia, assegurando-lhe maior identificação e condições de análise.

Nas palavras de Cláudio Kubrusly, vemos uma questão compartilhada por outros e que permite a exploração da fotografia como complemento das fontes já trabalhadas na história: “A melhor imagem, aquela que transmite com mais eficiência uma idéia, uma emoção ou o conteúdo de um tema, não é, necessariamente, a que contém o máximo de informação verbalizável. Nem sempre é aquela que reproduz com mais fidelidade o assunto ou mostra com muita clareza o maior número possível de aspectos. Muitas vezes o que torna

forte uma imagem, que a faz pujante e arrebatadora, são elementos independentes do tema, contidos na forma de tratar a imagem.” (Kubrusly, 1986, p.68).

Existe algo que é imprescindível para o historiador quando está diante desse fabuloso instrumento visual: o espírito perceptivo de um investigador que mesmo não estando presente à situação pode interpretar os dados que dispõe. Para o conhecimento histórico não se trata de ver os fatos, mas de analisá-los e interpretá-los. Isso, é válido para qualquer documentação, pois visa compreender as fontes no que tem de significativo e relevante.

Uma pesquisa que tem por objetivo a análise de documentação fotográfica deve ser revestida de cuidados fundamentais. “Somente uma pesquisa de forma e conteúdo, uma desconstrução de seus elementos e um estudo das imagens mentais sugerem e conseguem desvendar, globalmente, os níveis da sua composição, admitindo uma contextualização do texto fotográfico.” (Leite, 1993, p.16).

Atualmente, tem-se presenciado um esforço para a ampliação do leque de documentos históricos, visando o enriquecimento no universo de compreensão das “ações humanas” no passado.

A fotografia assume um caráter valorativo que reforça a perspectiva dessa reflexão, saindo do âmbito da ilustração para ser vista como instrumento de estudo que “clama” por seu lugar no grupo das fontes que mantêm o *status* metodológico e científico na história.

Em suma, a fotografia sempre esteve presente nas atividades humanas registrando emoções, sentimentos, fatos e vivências; portanto se registra, deve ser entendida e utilizada como comprovação histórica.

CINTRA, Rosana Aparecida. Photography and Possibility of your Utilization to the Historic Comprehension. Ensaio de História, Franca, v.2, n.2, p.119–127, 1997.

ABSTRACT: The principal purpose of this article is to analyze, in general aspects the characteristics of the photography that possibilitate your utilization as document of investigation in history, attributing a specific and singular value in your language. Must be seen as a present instrument in human experiences.

KEYWORDS: Photography, memory, representation.

Referências Bibliográficas

- KOSSOY, B. Fotografia e história. São Paulo: Ática, 1989.
- KUBRUSLY, C. O que é a fotografia. São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1986. (Primeiros Passos).
- LEITE, M.L.M. Retratos de família: leitura da fotografia histórica. São Paulo: Edusp, 1993.
- LIMA, I. A fotografia e a sua linguagem. 2.ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- MACHADO, A. A ilusão especular: introdução à fotografia. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Primeiros Vãos).
- MOURA, C.E.M. (org.). Retratos quase inocentes. São Paulo: Nobel, 1983.

TRADUÇÃO/*TRANSLATION*

O PROBLEMA DAS INTERAÇÕES NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE*

Patrick MANNING**

Jerry Bentley, propondo uma periodização da história da humanidade, nos oferece mais do que um arranjo de períodos. Ele defende um critério específico para avaliação das mudanças históricas mundiais e fora desse mesmo critério, utiliza esses períodos para sugerir interpretações da história a longo prazo.

Seu critério focaliza a interação inter-cultural entre as culturas. Mais precisamente, ele identifica três tipos de processos principais (migração de massa, construção de impérios e o comércio de longa distância) como tendo “repercussões significativas entre as sociedades e culturas regionais”. Aplicando esse seu critério para desenvolver uma periodização, Bentley confia em uma escala de mudanças documentadas e no caráter desses três “tipos de processos” para identificar outros seis períodos principais na história da população da Afro-Eurásia. Então, no interior da estrutura

* Tradução de Andresa de Oliveira Barcellos, graduanda em História, com revisão de Dulce Maria Pamplona Guimarães. Tradução do original em inglês publicado em *The American Historical Review* da *American Historical Association*, v.101, n.3, June 1996.

** Professor de História e Estudos Afro-americanos na *Northeastern University*, USA, onde é diretor do *World History Center*.

dessa periodização, ele oferece uma narrativa da expansão periódica e a transformação no caráter das interações inter-culturais. O tema mais tarde é alvo de destaque: se a interpretação de Bentley enfocou principalmente as expansões na escala dos contatos inter-culturais nós teríamos agora uma narrativa do progresso. Porém, ele parte de uma interpretação da história da humanidade, enfatizando as sucessivas mudanças no caráter das interações inter-culturais junto ao crescimento de sua magnitude.

Penso que a apresentação de Bentley é elegante e compreensiva; e estou inclinado a aceitar a interação inter-cultural como um critério apropriado para periodizar a história da humanidade. Mas, as implicações do sistema de Bentley, talvez sejam mais amplas do que parecem. Para se aceitar a interação inter-cultural como um critério para periodização da história da humanidade, tende-se ao mesmo tempo aceitar tais interações como sendo o principal assunto de interesse na história da humanidade. Esse passo requer alguma discussão.

Bentley contrasta seu sistema de periodização com aqueles baseados no desenvolvimento dos estágios sociais ou ciclos de expansão e contração. Os sistemas dos estágios de evolução e da ascensão e queda das civilizações têm realmente estruturado muitas interpretações na história. Talvez menos centralizados mas significativos, vários outros critérios têm desempenhado papéis ao longo do tempo, isso inclui: a divulgação de técnicas avançadas, a experiência dos indivíduos, a interação e a sucessiva dominação das grandes forças, o desenvolvimento das “áreas culturais”, a inevitabilidade do progresso da liberdade humana.

Todos esses critérios para avaliação da história da humanidade transmitem alguns graus da interação. Contudo,

Bentley nos oferece um enfoque distinto e seletivo da história da humanidade. Ele focaliza a própria interação, enquanto as outras abordagens estão direcionadas a outro aspecto, o teleológico. Assim como a história urbana não pretende estudar tudo sobre as cidades, a história da humanidade não deseja estudar tudo sobre o mundo: tentar estudar de uma só vez vai além de nossa força mortal de compreensão. Nem a história da humanidade é uma análise completa centrada nas generalizações completas etéreas no nível planetário: tal história negaria efetivamente qualquer oportunidade individual para participar da mesma. Enquanto é provavelmente muito cedo no desenvolvimento do campo para atender uma caracterização autorizada do assunto, alguns podem sugerir de início, que a história da humanidade enfatize a interação das partes (sejam elas comunitárias, sociais ou continentais) na história humana e procure dimensionar a experiência de toda humanidade através do estudo daquelas interações.

A clara e direta abordagem de Bentley sobre a periodização, inclui, necessariamente, alguma simplificação —enfatizando sua proposta apesar de colocar de lado algumas implicações válidas. Primeiro, Bentley documenta sua periodização principalmente com resultados de uma recente pesquisa. Uns podem apenas elogiar o volume e a diversidade dos resultados da mesma, assim como o domínio que Bentley tem sobre ela. Contudo, o trabalho da periodização não conta apenas com a nova evidência mas também com estruturas conceituais dentro das quais cada evidência é coletada. Assim muito de meu comentário abaixo focaliza as estruturas conceituais da história da humanidade, suas mudanças e continuidades. Em outra simplificação, Bentley abrevia a

discussão do período moderno, assumindo que a importância da interação inter-cultural atualmente é evidente. Alguns escritores, entretanto, cujas visões das conexões globais não vão além da difusão e dominação — têm achado possível escrever interpretações da história da humanidade no período moderno, descuidando ou até minimizando a interação. Discutindo a periodização de Bentley, espero, portanto, considerar tal ponto de vista, como evidência e a era moderna como os novos tempos.

Tendo indicado minha reação favorável à estrutura interpretativa de Bentley, espero contudo, propor três questões. Duas direcionadas ao significado da estrutura e a terceira à sua aplicação. Essas questões sob certas circunstâncias, tornam-se fundamentais: o que se entende por “interação”? O que se entende por “inter-cultural”? Quais as mudanças que essa estrutura implica para a interpretação da história da humanidade?

Os historiadores, geralmente descrevem o movimento de influências culturais de um lugar para outro através do uso de termos como “difusão” e “dominação”. Quando uma linguagem ou sistema de governo “difunde”, mantém o mesmo caráter no novo lugar e talvez desloque seu anterior. Com tais termos, estudiosos transmitem significados específicos para a noção geral de interação na história.

Num sentido amplo, a interação envolve um fenômeno que se origina de um choque entre duas esferas (onde tudo sobre elas permanece inalterado exceto apenas a sua direção) para o desenvolvimento de uma nova vida fora da ligação entre o espermatozoide e o óvulo (quando a interpenetração substitui o choque e quando dois corpos se unem para formar outro corpo). As noções de difusão e dominação, como tipos

de interação, que talvez sejam melhor colocadas entre esses pólos, claramente esgotam antes da hora a possibilidade da interação.

Bentley focalizou em recente pesquisa a revelação da interação inter-cultural — ele dá uma ênfase particular aos resultados estabelecidos na década anterior, notavelmente na atual importância do comércio. Enquanto as realizações dessa pesquisa são realmente formidáveis, eu gostaria de adicionar mais um passo para a análise e a estrutura na qual os novos resultados tem sido desenvolvidos. Sendo assim, eu tratarei do termo “interação” como problemático e considerarei suas mudanças conceituais e aplicações mais tarde.

Que variedades da “interação inter-cultural” têm existido na história? Em que grau os termos como “difusão”, “expansão” e “dominação” captam diferenciação das interações inter-culturais? Como os historiadores e cientistas sociais têm conceitualizado “interação”?

Edward Gibbon e o marquês de Condorcet, escrevendo no auge do Iluminismo, criaram leituras distintas que têm permanecido influentes no pensamento sobre a história da humanidade. Os dez volumes de Gibbon são elaborados gradativamente, enquanto Condorcet teve tempo apenas para fazer um esboço de sua visão ampla, ainda assim, cada um registrou sua marca. Gibbon permanece um marco para a noção da ascensão e queda das civilizações e Condorcet permanece um marco para a visão dos estágios no progresso humano. Ambas análises assumiram a existência da interação inter-cultural porém, nenhuma especificou como ela se coloca.

Como o enfoque da classificação iluminista veio a ser incorporado às elaborações do positivismo do século XIX, se refere à noção de causa e efeito, em primeiro plano. Assim, o

sistema evolucionista do progresso humano de Karl Marx, difere daquele que Condorcet entende como causa — mudanças no modo de produção provocadas por contradições no interior do sistema produtivo— e efeitos radiando dentro das arenas social e cultural. A visão de mudança social de Herbert Spencer, enquanto politicamente contrária à de Marx, dividiu algumas das mesmas categorias analíticas. Nesse mundo de causa e efeito, a difusão das influências de um centro para outro era relevante mecanismo de interação, e a dominação das classes sociais e as ordens econômicas eram foco principal da história da humanidade. Esses constituíam os ambientes intelectuais nos quais os historiadores viveram e trabalharam como a profissão histórica formalizada em sua organização no final do século dezenove.

Como a época da Primeira Guerra Mundial reforçou novas dúvidas sobre a inevitabilidade e os benefícios do progresso moral e material, Oswald Splenger articulou essas dúvidas no contexto histórico. Splenger, no *The Decline of the West*, talvez a mais sofisticada interpretação da história da humanidade daquela época, colocou-se contra os “darwinistas”, entendidos pensadores positivistas que perceberam um tipo de evolução mecânica na história da humanidade. A metáfora orgânica de Splenger era biográfica e auto-suficiente: o nascimento, a maturidade e morte de cada importante civilização, depois de um breve período de mil anos de vida, com a atenção para suas realizações na alta cultura.

Os doze volumes de *Study of History* de Arnold Toynbee confrontam de certo modo, com Splenger, ao invés de adotar uma abordagem sociológica da força militar e organizacional das civilizações. Seus “choques” de

civilizações enfatizavam a difusão das influências e a dominação de algumas civilizações sobre outras.

A História da humanidade tem seguido mais de perto o caminho de Toynbee do que o de Splenger. William McNeill, cujo *Rise of the West* em 1963, demonstrou o estudo acadêmico sistemático da história da humanidade, apresentou naquele volume uma narrativa de ascensão e queda e a conexão periódica que enfoca mais a política do que a alta cultura orgânica. A narrativa de MacNeill mostrou de forma mais complexa e equilibrou as determinações das interações entre as civilizações do que a de seus predecessores, mas o mecanismo de interação permaneceu o mesmo: a difusão.

Na metade do século vinte, surgiram pelo menos quatro novas estruturas para compreensão de interação: a sociologia weberiana, a análise dos sistemas, a análise marxista e o pensamento pós-moderno. O florescimento da sociologia weberiana e de Parsons na década de 50 trouxe um enfoque analítico nos estados, burocracias e relações econômicas. O renascer do marxismo acadêmico nos anos 60 trouxe uma concentração interdisciplinar na economia política. Enquanto isso, John von Newmann e Ludwig von Bertalanffy orientaram a divulgação de uma nova forma de explicar os sistemas analíticos. Essa aproximação, mesmo que determinista, enfatizava as interações complexas e o *feedback* entre outras variáveis, mais do que causa e efeito; fixou variáveis individuais no contexto de todo sistema no qual eles operavam: ela explicitamente contrastou difusão com outros tipos de interação.

Essas estruturas, distintas porém ultrapassadas, têm trazido cada uma de suas implicações para o estudo da história da humanidade. Desse modo, o *Modern World-System* de

Immanuel Wallerstein conta com sua síntese da análise burocrática weberiana, a análise de classes marxistas de acordo com a 'longa duração' braudeliana e a noção de um sistema mundial. A natureza interdisciplinar das análises weberianas e marxistas e a ênfase na regeneração das análises de sistemas orientaram logicamente para as listas mais complexas de interações na história da humanidade e para os mapas mais complexos de causa e efeito.

O aparecimento da filosofia pós-modernista trouxe um novo desafio para o modelo difusionista das interações culturais. Essa perspectiva apareceu, quase contemporaneamente, em várias séries de campos (psicanálise, história, teoria literária, e estudos de gênero), e trouxe uma mudança fundamental na orientação analítica. O pós-modernismo adotou a lógica de sistemas e suspendeu a de causa e efeito. Ele enfocou os vários tipos de interações, mas rejeitou dividir as variáveis em independente e dependente: enfatizou a correlação de mudanças mas desprezou o determinismo. As aplicações históricas do pensamento pós-modernista têm se concentrado nos estudos da história local e nacional, mais do que na história da humanidade.

O campo da história da humanidade é, ao mesmo tempo, atrasado e adiantado no que se refere à interação. O simples fato de colocar as várias nações, civilizações, culturas e regiões do mundo dentro de uma estrutura única, direciona a um dos mais importantes preconceitos, limitando a compreensão de nossa existência humana comum. Até agora, os que praticam esse tipo de história continuam a usar concepções simplistas de interação e continuam sendo conscientes da insuficiência de seu uso. Os eruditos alemães do século dezenove, na divulgação de um compêndio sobre a

história da humanidade, reuniram os capítulos em histórias nacionais e de civilização distintas, sem nenhum esforço para unificá-las. Então, Leopold von Ranke, Oswald Spengler e H. G. Wells começaram o trabalho de síntese, desenvolvendo as interpretações únicas das civilizações na história da humanidade. O paradigma da civilização, com seu enfoque na dominação, ascensão e queda, e a difusão, tem permanecido dominante na história da humanidade até esse momento. A proposta de Bentley para uma periodização, baseada na interação inter-cultural, surge com a possibilidade de um paradigma baseado nesse mesmo tipo de interação. Tal paradigma colocaria a história das civilizações dentro de um contexto geral.

Em uma palavra, não é suficiente identificar as "interações" na história da humanidade; deve-se, ao menos, também identificar o tipo e o caráter delas. Historiadores, na adoção de termos como "interação" e "difusão", os têm colocado dentro de sistemas analíticos e filosóficos distintos, assim seus significados se tornam variáveis. Para direcionamento na caracterização das interações no passado, os historiadores precisavam estar por dentro do desenvolvimento do debate no mundo histórico e suas relações nas tendências do modelo analítico, do romanticismo e positivismo, através das análises de sistemas para o pós modernismo.

O aspecto cultural da interação inter-cultural é problemático da mesma forma que a noção de interação. Bentley, usando o adjetivo "cultural" mais do que o substantivo "cultura", tem evitado uma das armadilhas do recente debate da análise cultural: as "culturas" realmente existiram como entidades limitadas? Se dissermos que a

história da humanidade inclui o estudo de “outras culturas”, nós assumiríamos uma clara fronteira entre “eles” e “nós”? As interações entre as fronteiras culturais diferem daquelas dentro dos limites culturais?

Historiadores desenvolveram suas idéias de “culturas” e “sociedades” durante o século passado, sendo relativamente comum um intercâmbio com os sociólogos. Durante o mesmo século, os antropólogos têm adotado um discurso um pouco diferente sobre as noções de “cultura” e “sociedade”. Em outros termos, os sociólogos analisaram as “nações” e os antropólogos as “tribos”. Já que a história da humanidade manteve seu enfoque nas grandes civilizações e deixou de estudar as “tribos”, historiadores poderiam sentir-se seguros ignorando a literatura antropológica sobre mudança e interação cultural. Mas um crescimento no que diz respeito à ampla cobertura e à interação orientou os historiadores para o grande interesse daqueles previamente classificados em “tribos” e, desse modo, a um encontro hesitante com a antropologia.

A antropologia, por enquanto, efetuou uma organização notável de modificações conceituais. Os paradigmas classificados como evolucionismo, historicismo, difusionismo, funcionalismo e configuracionismo; sucederam-se desde 1870 até 1950. Como as teorias dos antropólogos mudaram, então, Alfred Kroeber e Clyde Kluckhohn em um artigo de 1952, contaram mais de 160 definições antropológicas de cultura.

A escola evolucionista prosseguiu com o trabalho de L. H. Morgan que adotou uma ampliação de sucessão de organização social das sociedades da civilização primitiva para a selvagem. Na escola historicista o americano Clark Wissler

desenvolveu a noção de “áreas culturais”, as quais eram determinadas através do mapeamento dos “traços” culturais. O conceito de áreas culturais sobreviveu e entrou para a literatura histórica, mas o conceito de “traços” distintos sofreu severa crítica antropológica nos anos 30, principalmente no campo em que uma manifestação cultural específica não deveria ter sido abstraída de seu contexto. Contudo, George Peter Murdock reuniu uma imensidão de dados etnográficos, essencialmente na forma dos supostos traços culturais, no seu Arquivos das Áreas de Relações Humanas, dos quais ele tem se servido para estudos da história global. Por enquanto, os difusionistas enfocavam a invenção ocasional dos mais importantes avanços sociais, os funcionalistas enfatizavam a integridade de cada sociedade e os configuracionistas buscavam sintetizar as várias estruturas.

Desde os anos 60, a descolonização do mundo moderno se orientou para a descolonização da antropologia. Talvez mais do que qualquer outro campo de estudo, a antropologia tem passado por uma reavaliação auto-consciente de seu métodos, objetos, teorias e práticas; reagiu à construção que a colocou tanto como um instrumento da administração colonial, quanto como instrumento da investigação erudita. Em uma das contribuições para o debate, Adam Kuper tem mostrado as transformações dramáticas na teoria do parentesco, no século passado, orientando para um abandono virtual do campo de estudo dos antropólogos. Estes e outros capítulos na reavaliação da antropologia, acontecendo em uma era de sistemas de análise e pós-modernismo, orientaram as críticas devastadoras dos recentes modelos e terminologias de contato cultural. Historiadores ingenuamente continuam usar os velhos modelos com impunidade.

Os historiadores têm ido um pouco além, explorando a antropologia, utilizando os resultados empíricos dos estudos antropológicos e fazendo citações importantes do trabalho de Clifford Geertz e a Eric Wolf. A famosa descrição de Geertz da briga de galos em Bali e a investigação da polícia, serviu como marco da complexidade e contingência da vida e os limites na teorização. Mas, isso não orientou os historiadores para a perfeita exploração da literatura antropológica sobre cultura e mudança cultural. Eric Wolf, em *Europe and the People without History*, proporcionou uma história antropológica da incorporação das regiões periféricas na política econômica do mundo moderno; notavelmente para um antropólogo, entretanto, ele não se refere à mudança cultural.

Como o debate tem desenvolvido, os teóricos da cultura pós-moderna têm desprezado o uso de "cultura" na forma de substantivo. Eles não falam de uma cultura como uma unidade social identificável, nem dos artefatos como pedaços de cultura. Sob a mesma lógica, ele são críticos para com a noção das fronteiras culturais. Eles confiam, ao contrário, nas formas adjetivas, falam do processo mais do que o produto: eles analisam a produção material e a sua mudança mais do que culturas e traços culturais. Assim Johannes Fabian, analisando a ascensão da linguagem Shaba Swahili, no século vinte no Zaire, não enfoca o sujeito da linguagem mas, no debate sobre o que era para ser a linguagem corrente de Shaba; ele desafia a noção que Swahili "difundiu" para Shaba de algum ponto no leste ou centro da África e assegura que a linguagem "emergiu" de uma grande quantidade de padrões discursivos mais do que de uma descendência de uma única linguagem ancestral.

Esse debate sobre como conceituar a cultura não está

terminado; realmente tem sido um começo difícil entre os historiadores. Como resultado, eu penso que podemos presumir com segurança, que no futuro historiadores vão ter que reconhecer a competição de duas concepções de culturas amplamente diferentes. Em uma, a "cultura é virtualmente um sinônimo para a sociedade e consiste de elementos distintos". Em outra, a produção cultural resulta de uma interação de indivíduos e grupos e suas idéias contraditórias; nessa aproximação, a mudança cultural é uma regra mais que uma exceção. Os historiadores falando de "interação cultural", precisam saber que eles não podem ir além sem o reconhecimento da natureza contestatória e problemática do termo. Realmente, alguns talvez esperam que se envolvendo, eles próprios no estudo e conceitualização das interações inter-culturais, vão ser capazes não apenas de sobreviver ao debate mas também contribuir significativamente para seu esclarecimento.

Assumindo que aceitam as presunções de análises de Bentley e a resultante periodização, quais são as implicações interpretativas dessas escolhas? Os breves espaços de tempo que Bentley propôs como seus períodos não são estranhos e os termos que ele usa para caracterizá-los soam distintamente familiares. Essa é uma nova organização de legendas para os mesmos velhos períodos desenvolvidos para ascensão e queda da civilização ou estágios evolucionários? Acho que não. A aproximação de Bentley para a periodização pode nos levar até velhas interpretações inquietantes. E quando, adotando a ferramenta do contato inter-cultural para compreender o nosso passado global, eu sugeriria três técnicas para estimulação e desenvolvimento.

Primeiro, considerar a extensa quantidade de

interações. Sendo assim, os historiadores deveriam implicar o significado de “interação inter-cultural” para que explicasse os desdobramentos da migração de massa, ascensão e queda imperial e o comércio. Se incluirmos a troca de alimentos, animais domésticos e outra tecnologia, como Bentley tem sugerido, talvez também acharíamos uma nova periodização ou uma confirmação independente de uma única existência. Por um instante, o recente movimento do sorgo de sua região de domesticação da savana africana para a Índia e atrás, junto com o movimento para oeste do sudeste asiático, de colheitas como bananas, batatas-doces e taro, sugere a existência de uma história dinâmica pouco conhecida e talvez implique periodizações alternativas. O fato da domesticação do camelo serve de algum modo, para reforçar uma periodização incluindo os períodos clássicos e neoclássicos, ainda de outro modo, liga aqueles dois períodos.

Semelhantemente, podemos traçar trocas de músicas, roupas e outros elementos da cultura material e expressiva. Se os sons da música são difíceis de recuperar dos tempos antigos, a instrumentalização pode ser explorada através de registros escritos, arqueológicos e pictóricos. Na história social das roupas, o estudo de Fernand Braudel sobre as roupas da era moderna revela as possibilidades de uma pesquisa sobre interações estilistas numa escala global.

Contudo, talvez poderíamos considerar as conexões inter-culturais em instituições políticas e estrutura familiar. Jan Vansina, em uma síntese de uma geração intensiva, pesquisa colaborativa na lingüística histórica da língua falada pelos habitantes Bantu na África tem reconstruído uma narrativa de quatro transformações políticas milenares na floresta equatorial. Instituições de matrilinearidade e

patrilinearidade foram inventadas, trocadas, transformadas e algumas vezes rejeitadas junto com as mudanças nas supremacias; grupos étnicos e associações religiosas. A riqueza dos resultados atuais da lingüística histórica sugere que, embora a pesquisa seja complexa, um grande resultado pode ser obtido entre a evolução do passado social e a interação social, por meio da análise de vestígios do passado na linguagem de hoje.

Segundo, ser cada vez mais específico no critério de identificação de agentes do contato inter-cultural, qual foi a dimensão do contato no comércio? Devemos enfocar os mercadores no término do grande mercado, os trabalhadores que transportam por terra e mar ou os artesãos criando o produto na oficina ou na mina? Se os grandes bazares de Samarkand e Damasco eram o local de transmissão dos novos *designs* das tapeçarias, as idéias para os novos *designs* talvez têm ocorrido para o trabalho dos tecelões em vilas isoladas. Os mercadores talvez tenham controlado os produtos de luxo e dominado os contatos entre a riqueza, mas os simples barqueiros e condutores talvez tenham sido aqueles que carregaram grande parte das sementes e grãos ou que passaram por novas técnicas em carregamentos. Os monarcas Tang poderiam concentrar toda sua riqueza e inovações do mundo na sua corte, mas eles tiveram que alcançar mais e ampliar o domínio da riqueza, e eles nunca puderam obter o controle da inovação por ela mesma. Por tudo isso, podemos achar que têm havido diferentes agrupamentos de agentes humanos para diferentes tipos de ligação entre as sociedades. Algum critério para interação cultural realça as inovações nas capitais imperiais e civilizacionais; outros talvez realçam as inovações nas vilas considerando as estepes, florestas e

através de arquipélagos.

Terceiro, considerar a mudança no caráter da interação inter-cultural de um período para outro. Nós vamos precisar de explicações sobre o que trouxe a continuidade na interação inter-cultural dentro dos períodos e que mudanças trouxe para o final de um período e abertura de outro. Bentley enfatiza tais mudanças no seu período de dominação nômade e, com menor intensidade, em sua ênfase no desenvolvimento da tradição religiosa cosmopolita na era clássica. Além disso, deveríamos procurar pelas mudanças nos resultados da interação. As migrações de indivíduos de longa distância se tornariam mais comuns com a passagem do tempo? Elas variaram ciclicamente?

Finalmente um contraste explícito das periodizações: aqueles baseados na interação inter-cultural, na ascensão e queda, na mudança evolucionária e talvez em outros critérios —vão esclarecer a força e a fraqueza de cada uma. Por enquanto, Bentley, em sua ênfase na interação inter-cultural, restringe sua análise no período anterior a 1500, no movimento populacional da Afro-Eurásia. Em contraste, uma ênfase nos estágios evolucionários na história da humanidade certamente incluiu as Américas e o Pacífico antes de 1500, desde que uma comparação de regiões isoladas pareça um meio exato de testar este desenvolvimento evolucionário.

A ênfase na interação inter-cultural fornece uma formulação atraente para uma aproximação analítica da história da humanidade. Isso é, entretanto, apenas o começo de um trabalho. O acompanhamento de perto da proposta de Bentley, além disso, deve ser tanto conceitual como empírica. Os historiadores, trabalhando com uma literatura dominada por um enfoque na dominação e centrada no nosso passado

global, precisam para se desenvolver de metáforas alternativas para a interação e transformação históricas, assim como uma facilidade para exploração e comparação das implicações dessas imagens na interação com o registro histórico. A história da humanidade, integrada no tempo e espaço, de acordo com o critério da interação inter-cultural, permite fornecer aos historiadores uma unificação das estruturas com os problemas históricos e uma ligação entre o particular e o geral. O empreendimento parece plausível para proporcionar aos seus profissionais com uma ampla coleção de debates — empíricos, analíticos e filosóficos— sobre a natureza e implicações da interação humana, dentro e entre as linhas daquilo que estamos acostumados chamar de cultural.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- | | |
|------------------------------------|-----------------------------|
| Alistamento militar, p.25 | Idade média, p.9 |
| Allan Kardec, p.47 | Igreja Católica, p.63 |
| América Latina, p.35 | Imigração alemã, p.15 |
| Antropologia interpretativa, p.105 | Industrialização, p.93 |
| Ariel, p.35 | Judeus, p.9 |
| Brasil, p.47 | Malinowski, p.105 |
| Capitalismo, p.93 | Memória, p.119 |
| Cidadania, p.63 | Movimento operário, p.93 |
| Cidadão-soldado, p.25 | Mulher, p.63 |
| Colônia São Leopoldo, p.15 | Naturalização, p.15 |
| Cultura, p.105 | Perseguição, p.9 |
| Cultura, p.63 | Peste negra, p.9 |
| Ditadura militar, p.81 | Política, p.47, 63 |
| Ditadura, p.63 | Preconceito, p.47 |
| Espiritismo, p.47 | Regime militar, p.63 |
| Folclore, p.63 | Representação, p.119 |
| Folia de Reis, p.63 | Revolução Farroupilha, p.15 |
| Fotografia, p.119 | Revolução, p.81 |
| Funcionalismo, p.105 | Ribeirão Preto, p.81 |
| Geertz, p.105 | Rodó, p.35 |
| Greve, p.93 | Serviço da ativa, p.25 |
| Guarda Nacional, p.25 | Serviço da reserva, p.25 |
| Guerrilha, p.81 | Sindicalismo, p.93 |
| Homeopatia, p.47 | Socialismo, p.81 |

SUBJECT INDEX

SUBJECT INDEX

- | | |
|------------------------------------|-----------------------------|
| Active Service, p.25 | Memory, p.119 |
| Ariel, p.35 | Middle Age, p.9 |
| Black Pest, p.9 | Military Dictatorship, p.81 |
| Brazil, p.47 | Military Regime, p.71 |
| Capitalism, p.93 | National Guardian, p.25 |
| Catholic Church, p.71 | Naturalization, p.15 |
| Chasing, p.9 | Photography, p.119 |
| Citizenship, p.63 | Politic, p.47 |
| Citizen-soldiers, p.25 | Politics, p.71 |
| Culture, p.105 | Positivist, p.47 |
| Culture, p.63 | Recruiting, p.25 |
| Dictature, p.71 | Representation, p.119 |
| Farroupilha Revolution, p.15 | Reserve Service, p.25 |
| Folia de Reis, p.63 | Revolution, p.81 |
| Folklore, p.63 | Ribeirão Preto, p.81 |
| Funcionalism, p.105 | Rodó, p.35 |
| Geertz, p.105 | São Leopoldo Colony, p.15 |
| German immigration, p.15 | Socialism, p.81 |
| Homeopathy, p.47 | Spiritism, p.47 |
| Industrialization, p.93 | Strike, p.93 |
| Interpretative Anthropology, p.105 | Syndicalism, p.93 |
| Jewish, p.9 | Warfare, p.81 |
| Latin America, p.35 | Woman, p.63 |
| Magnetism, p.47 | Workers movement, p.93 |
| Malinowski, p.105 | |

ÍNDICE DE AUTORES/*AUTHORS INDEX*

ÍNDICE DE AUTORES/*AUTHORS INDEX*

BOTOSSO, M., p.81
CINTRA, R. A., p.119
CUSTÓDIO, J. L., p.35
FARIA, I. T. de, p.105
GODOY, A. C. de, p.9
LANZA, F., p.71
LIMA, N. R. A. M. L., p.47
MARTINS, A. M. V., p.25
OLIVEIRA, T. F. B. N. de, p.93
PRESTES, A. R., p.35
PUPO, G. F., p.63
SILVA, M. P. da, p.81
VIEIRA, M. V., p.15

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL

Informações gerais

ENSAIOS DE HISTÓRIA publica trabalhos inéditos de autores da UNESP/Franca e de outras instituições nacionais e internacionais, na forma de artigos, revisões, comunicações, notas prévias, resenhas e traduções.

Os trabalhos deverão ser redigidos em português. Deverão anteceder o texto os seguintes itens: título, autor(es), identificação do(s) autor(es), resumo de, no máximo, 5 linhas e 5 unitermos. Sucederão o texto: referência bibliográfica em inglês, *abstract* e *keywords*.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas Normas para a Apresentação de Original* serão devolvidos aos autores.

Preparação dos originais

Apresentação. Os trabalhos devem ser apresentados em duas vias, com cópia das ilustrações. Textos em disquetes serão acompanhados do *printer* (cópia impressa, fiel, do disquete), em *Word 6.0*, apresentados em letra 13, tipo *Times New Roman*, espaço 1.5; os textos devem ter no máximo 15 páginas.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte sequência: Título; Autor(es) (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); Filiação científica do(s) autor(es) (indicar em nota de rodapé: Departamento, Instituto ou Faculdade, Universidade, sigla, Cidade, Estado, País, orientação quando houver, agência financiadora —bolsa e/ou auxílio a pesquisa— quando houver); Resumo (com máximo de cinco linhas); Palavras-chave (até cinco); Texto (subtítulos, notas de rodapé e outras quebras devem ser evitadas); Agradecimentos; *Title*, *Abstract* e *Keywords* (versão para o inglês do Resumo e Palavras-chave precedida pela Referência bibliográfica do próprio artigo); Referências bibliográficas (trabalhos citados no texto).

Referências bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*. Exemplos:

Livros e outras monografias

LAKATOS, E.M., MARCONI, M.A. Metodologia do trabalho científico. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

* Esclarecimentos adicionais sobre as normas para apresentação de original constam do manual Normas para publicações da UNESP.

Capítulos de livros

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C.S. Meios de comunicação de massa. São Paulo: Cultrix, 1972, p.47-66.

Dissertação e teses

BITENCOURT, C.M.F. Pátria, civilização e trabalho: o ensino nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH, USP.

Artigos de periódicos

ARAÚJO, V.G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. ARTEunesp, São Paulo, v.7, p.59-63, 1991.

Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A.J. Educação continuada: sair do informalismo? In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1, 1990. Anais... São Paulo: UNESP, 1990, p.114-8.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Barbosa, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Morais (1955) assinala...". Quando for necessário especificar páginas(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (Mumford, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (Peside, 1927a) (Peside, 1927b). Quando a obra tiver dois autores, ambos são indicados, ligados por & (Oliveira & Leonardo, 1943), e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (Gille et al., 1960).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Tabelas. Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo título.

Figuras. Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 11,5x17cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

SOBRE O VOLUME

Formato: 16 x 21 cm

Mancha: 27 x 45 paicas

Tipologia: Times New Roman

Papel: Offset 75 g/m² (miolo)

Couchê 60 g/m² (capa)

Matriz: eletrostática

Tiragem: 300

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação e Diagramação

Itamar Teodoro de Faria

Tércio Pereira Di Gianni

Revisão Bibliográfica

Jacimar Fátima Ferreira Rezende

Assessoria Técnica

Aparecida Fátima Vieira Guiraldelli

Nanci Soares

Produção Gráfica

Alcione Moraes de Oliveira

Luís Carlos Mendonça

Valter Mendes da Silva (chefe)

Desejo receber os **ENSAIOS DE HISTÓRIA**:
Número avulso R\$ 5,00. Assinatura anual R\$ 10,00.
Assinalar o(s) ano(s), volume(s) e número(s) desejado(s):

1996 (v.1)		1997 (v.2)		1998 (v.3)		1999 (v.4)	
n.1	n.2	n.1	n.2	n.1	n.2	n.1	n.2

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Fone: (____) _____

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

Anexo a este cupom estou enviando para a revista **ENSAIOS DE HISTÓRIA** CHEQUE nominal à Faculdade de História, Direito e Serviço Social. UNESP/*Campus* de Franca.
Rua Major Claudiano, 1488 – Caixa Postal 211 – Franca/SP
CEP 14.400-690

